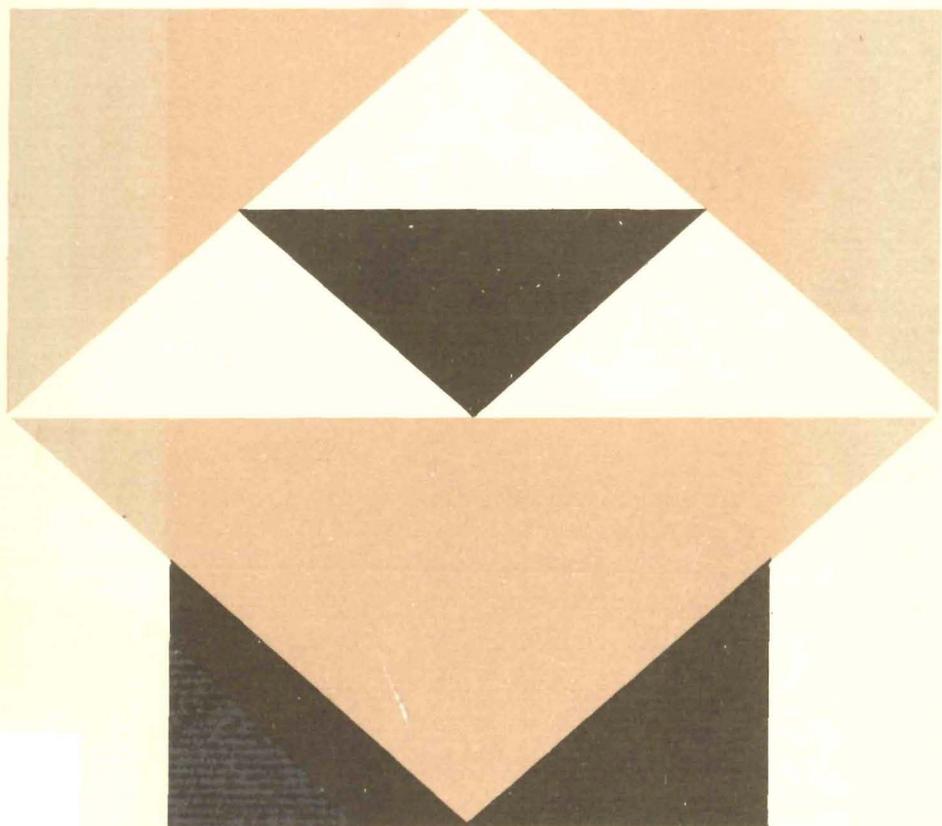


INQUIETAÇÕES QUE FAZEM ESCREVER

LÚCIO ALCÂNTARA



INQUIETAÇÕES
QUE FAZEM
ESCREVER

LÚCIO ALCÂNTARA



FUNDAÇÃO
WALDEMAR ALCÂNTARA

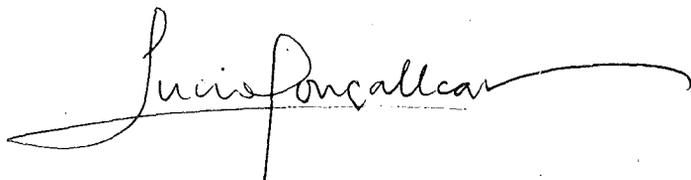
1986

PALAVRAS (In) dispensáveis

Alguém já disse que prefácios de livros são apenas inutilidades. Se tentam explicá-los, são dispensáveis. Isto é, bastaria escrever um deles, o prefácio ou o livro. Também não devem ser um desfile de justificativas do autor na defesa de sua obra. Seria então o caso de se concluir pela desnecessidade destas palavras iniciais que escrevi a título de apresentação. Evitadas, ir-se-ia direto ao texto. A ambiguidade do título dado a esta pequena introdução reflete minha hesitação quanto à sua necessidade. Ocorre que livros organizados a partir de escritos esparsos sobre assuntos diversos demandam sempre alguma explicação que oriente o leitor.

Os artigos ora reunidos nesta publicação foram divulgados em jornais cearenses sem que me ativesse a temas específicos ou obedecesse a uma periodicidade determinada. A característica deles é portanto a espontaneidade. Surgiram para fazer fluir emoções e repartir com outros angústias e inquietações. Inquietações que terminaram por dar nome ao livro. Sugestão de um amigo que adotei por considerá-la feliz e veraz. Os afazeres da política são absorventes e escravizantes. Abafam nas pessoas outros gostos e vocações. Reajo contra isto. Luto para não me tornar um insensível, inenso às emoções. São elas, as emoções, que dão colorido e vida à minha prática política. Nelas encontro forças para me situar além dos condicionamentos que transformam a rotina política em uma atividade estéril e mesquinha. Há os que me condenam por causa disto. E ainda os que me consideram inadaptado congênito às singularidades éticas que vigoram na vida político-partidária. Fiel aos sentimentos que orientam minhas relações com a sociedade e determinam minha ação política, sigo na vida como um desajeitado exóti-

co, à margem do oportunismo, aceito como manifestação de sensibilidade e talento político. Inspirado neles esforço-me para manter a coerência pessoal e o respeito ao público. Movido por eles, escrevo. É uma forma de responder aos estímulos que a sociedade produz, inclusive a partir de fatos aparentemente banais. Um filme, uma notícia de jornal, um noticioso, uma observação pessoal. Foi a partir desses impactos que surgiram estes artigos. Através deles atendo a uma necessidade íntima de partilhar emoções com os outros. Assim evito que o político anule o homem. Por isto escrevi. Por isto publiquei. O resto fica com você, leitor amigo.

A handwritten signature in black ink, reading "Luis Foncalles". The signature is written in a cursive style with a long horizontal flourish extending to the right.

ÍNDICE

Celas e Corredores I	7
Celas e Corredores II	11
Qual o Liberalismo?	15
Um lugar (para o outro) no coração	19
Tomai de Minas a estrada	21
Ganhar mais para comer o mínimo	23
Praias para todos	25
A dança dos salários	27
Como administrar Fortaleza	31
Em que brahmas, em que brumas	33
Diástole política	35
Vocação municipal	37
Fortaleza e o futuro	39
Frente Liberal: doutrina e ação	43
Entraves ao pacto	47
Sinal vermelho	51
Próceres mineiros. A propósito de Capanema	53
Direito à Saúde: Cidadania e Estado	57
A hora (da morte) da estrela	61
Muda SUDENE	63
Ancestralidade (Maquiavélica) do Decreto-Lei	67

CELAS E CORREDORES - I

Em julho deste ano integrei uma delegação de parlamentares brasileiros que a convite da “Comissão Peronista de Direitos Humanos” empreendeu viagem a Buenos Aires e Montevideu com o objetivo de visitar presos políticos e apoiar movimentos em favor da liberdade e da democracia. Na capital argentina reuniram-se a nós parlamentares e lideranças políticas de vários países latino-americanos, constituindo uma comitiva que recebeu a denominação de “Missão de boa vontade latino-americana”. Apesar da rápida permanência nos dois países tive ocasião de fazer algumas observações sobre a vida política de nossos vizinhos do Sul e o comportamento dos líderes e militantes partidários com os quais tive oportunidade de me relacionar. Impressionou-me em primeiro lugar a organização do partido peronista. Trata-se de máquina bem estruturada e poderosa, dotada de recursos financeiros, a qual se dedica integralmente legiões de pessoas, muitas delas bastante jovens, porém precocemente comprometidas com a militância política. Imediatamente estabeleci o contraste com a dinamia de nossos partidos políticos, atavicamente frágeis. É bem verdade que o peronismo é um mosaico ideológico que vai de um extremo a outro, unidos pelo amálgama carismático de Peron. Morto há anos, continua fortemente presente na cena política argentina. A politização, quase excessiva, do povo, parece ofuscar a mente das pessoas que dão a impressão de abdicar das ideologias para se manter juntas sob o mesmo teto, como que alienadas pela forma do mito peronista. Não foi sem alguma perplexidade que constatei este fato, ao participar de ato público pela libertação de presos políticos quando, no intervalo de discursos inflamados, carregados de forte conteúdo ideológico de esquerda, ouvi todos entoarem ao som dos famosos bombos, típicos das manifestações de massa do peronismo, o refrão “nós todos somos soldados de Peron”... Surrealista e dolorosa é a situação das mães de desaparecidos durante a repressão militar. Jovens, ou idosas participam de reuniões políticas, conduzindo pendurados ao pescoço cartões com fotos e dados de identificação de entes queridos cujo paradeiro desconhecem. Na sua ronda noturna, habitual, na Plaza de Mayo, repetem

obstinadas seu clamor: “nem esquecimento, nem anistia: aparição com vida”. Na sua dor, rejeitam a realidade e pedem o que já não lhes pode ser dado. O pedido insolúvel martela a consciência dos culpados ecoando como uma acusação sem resposta. O gesto cândido tem a força das manifestações políticas pacíficas. Estive com algumas delas, pude perceber a idéia fixa de que se acham possuídas, tenaz e vã procura dos filhos. Já lera e ouvira falar, sobre essas mães; conhecê-las, chocou-me.

Apesar da realização de eleições livres havia ainda na Argentina, à época em que lá estive, alguns presos políticos, cuja libertação estava pendente de decisões da justiça ou da promulgação de uma lei de anistia. Junto com outros companheiros visitei dois presídios. Um especial, no centro da cidade, onde estava encarcerado Obregon Cano, um ex-governador da província de Cordoba, detido tão logo retornou ao país, após anos de exílio, importante figura do peronismo. No outro, situado no subúrbio, reunimo-nos com cerca de meia centena de presos, na capela da cadeia, quando pudemos conversar livremente. Fazia frio naquele dia. Mais no interior do prédio, nos corredores amplos e longos e no recinto da igreja, que na rua. O ritual de admissão ao presídio foi cumprido à risca. Entrada em pequenos grupos, identificação, formalidades, tudo em respeito às normas de segurança habituais nessas situações. De qualquer modo, o som cavo das botas sobre o piso, o barulho das chaves enfiadas na cinta dos carcereiros, e o ruído de pesadas portas que se cerravam a nossa passagem, produziam uma atmosfera de tensão que evocava a gravidade de nossa missão. Devo dizer que por parte dos guardas a acolhida que tivemos foi polida, respeitosa e álgida. A impressão que tive é de que nos viam como intrusos. Abelhudos incômodos que vinham perturbar a rotina carcerária e interferir na marcha da lei e na manutenção da ordem. O encontro com os presos foi emocionante. Foi uma confraternização entre pessoas que antes nunca haviam se visto. Houve discursos, manifestações de solidariedade humana, tomou-se chimarrão numa cuia comunitária, e conversou-se informalmente. Havia sobretudo esperança. Esperança de liberdade próxima. Confiança no futuro da incipiente portenha. Muitos estavam ali há anos, alguns condenados à prisão perpétua. Vários transpareceram claramente a solidez de suas convicções políticas, reafirmadas mesmo na adversidade. A maioria era de jovens, cedo envolvidos no turbilhão da militância política revolucionária. Não sei de que crimes foram acusados. Não estávamos ali para julgar. Afinal o país passou por uma verdadeira guerra interna. Amainadas as paixões haverá isenção para compreender melhor os fatos políticos e os movimentos armados surgidos em consequência deles. A defesa dos presos políticos é a defesa do próprio regime democrático. Discordâncias políticas são próprias da democracia. Delitos de opinião não podem levar cidadãos ao encarceramento legal e aos seus pavorosos corolários ilícitos. Desrespeitados os pressupostos democráticos, a reação degenera em luta sangrenta que sucumbe a Nação e divide a sociedade irremediavelmente.

Não faltou em nosso roteiro uma visita às instituições políticas formais. Estivemos no “Congresso Nacional”, sediado em imponente e tradicional edifício, onde nos encontramos com deputados de vários partidos, em uma dependência ampla, de paredes altas, com uma grande clarabóia colorida no teto, conhecida como a “sala dos passos perdidos”... Assim chamada, segundo me disseram, porque dali saem parlamentares para o plenário, onde votam solitariamente, em companhia apenas de suas consciências. Na parede do fundo dessa mesma sala há um óleo grande que reproduz a investidura do general Roca na Presidência da República. Um quadro histórico que não me despertaria maior atenção não fora ter divisado sobre a cabeça de Roca impenso. Estranho adereço para uma solenidade de posse. Logo me disseram que ele havia sido ferido em um atentado ao se dirigir para o local da solenidade. O episódio, de certa forma reflete a natureza passional dos argentinos, e lembra que eles há muito vivem sob o signo da violência política um drama que dura anos com os intervalos naturais entre os diversos atos.

CELAS E CORREDORES II

Deixamos Buenos Aires, após entrevista coletiva concedida no próprio aeroporto, e seguimos rumo a Montevideu, última etapa de nossa viagem. Ao pisar solo uruguaio confesso que senti alguma emoção. Afinal, sempre simpatizei com o "paysito", como o chamam carinhosamente os naturais, em decorrência de leituras e informações acumuladas sobre aquela nação que já fora símbolo de desenvolvimento cultural e político na América Latina. Infelizmente, mergulhada há anos em um regime militar sanguinoso, o país empobreceu. A estagnação econômica, e o retrocesso político, geraram o desemprego, forçando parcela expressiva da população, principalmente de jovens, a emigrar para diferentes regiões do mundo. Chegamos num domingo à tarde. Mesmo assim, fora da estação de passageiros nos esperava um animado grupo de pessoas, sobretudo "blancos", portanto bandeiras, e faixas, entoando refrões pedindo democracia, liberdade para os presos políticos, e anistia. Quando de nossa passagem pelo Uruguai o acordo entre militares e partidos políticos ainda estava sendo negociado. A repressão continuava a existir. Manifestações políticas eram proibidas, e os órgãos policiais e de informação continuavam muito ativos. De tal sorte que recepções como a que organizaram para nós continham sempre certa dose de risco e audácia, pois eram vistas como contestação ao regime.

O longo percurso que fizemos entre o aeroporto e o hotel onde nos hospedamos me deu oportunidade de tomar um primeiro contacto com a cidade e o povo e constatar a alegria com que éramos recebidos. Ao som de buzinas e charangas, acompanhados de acenos de bandeiras e cartazes, o nosso cortejo atravessou a cidade e nos levou até a porta do hotel.

À noite estivemos reunidos na sede do Partido Nacional ("blancos") onde discursos e hinos falaram de democracia, solidariedade latino-americana, e liberdade. A figura central de tudo foi um grande ausente, o líder do partido, Wilson Aldunate. (ontem libertado), preso em Montevideu desde que regressou do exílio para enfrentar o regime. Representaram-no a esposa e a filha. A luta dos "blancos" era para libertar Aldunate a tempo de concorrer ao plei-

to para a Presidência da República a realizar-se em data que estava sendo acertada entre o governo e os partidos. Libertação que até hoje não aconteceu. Os militares não cederam neste ponto. O partido concorre com outro nome e talvez perca a eleição que ocorrerá no próximo domingo. Aliás, li nos jornais recentemente que o governo, de acordo com a lei, está cobrando da família de Aldunate uma quantia referente às despesas dele com alimentação e hospedagem no cárcere onde está preso... Ironia da justiça uruguaia, cuja singularidade vai ao ponto de denominar de "La Libertad" uma de suas prisões tristemente célebre...

Lá como em toda parte, a resistência da sociedade se concentra e se abriga na Igreja Católica, em algumas organizações civis (Colégio de Advogados, por exemplo), e na imprensa. Esta última limitada em sua ação graças a uma rigorosa censura imposta pelo governo. Estivemos com os advogados, e mantivemos reunião com familiares de presos políticos em um auditório pertencente à Igreja. No Uruguai não houve tantos desaparecimentos, mesmo proporcionalmente, como na Argentina, pelo que pude depreender do que ouvi. Mas, ainda hoje há mais de seiscentos presos políticos nos seus presídios. Escutamos depoimentos candentes, e um feito por uma criança, cuja idade seguramente não passava de quinze anos, me impressionou vivamente. O menino falou sobre seu pai, líder "tupamaro" preso há anos, mantido em completo isolamento, e sob condições absolutamente desumanas. O garoto fez o relatório com toda segurança e frieza. A impressão que transmitia era a de que compreendia a atitude do pai, e preparava calculadamente seu futuro de guerrilheiro. Acometido de câncer, Adolfo Wassen Alaniz, este era seu nome, foi transferido para o Hospital Militar, onde iniciou greve de fome em protesto pela situação política do país. Tentamos visitá-lo mas o médico de plantão alegando ordens superiores não permitiu qualquer contacto com o preso, e sequer ofereceu explicação sobre o diagnóstico e quadro clínico, mesmo quando interpelado por mim na condição de seu colega de profissão. Alaniz e alguns outros poucos presos eram figuras especiais para o governo. Não chegavam a dez, mas tinham grande importância para os militares. Eram conhecidos e tratados como reféns. O governo fez saber que qualquer movimento de contestação mais profundo repercutiria naqueles presos especiais, que sofreriam imediatamente torturas e maus tratos. Como se vê, um diabólico mecanismo de paralisação do ímpeto contestatório da sociedade.

Ponto alto de nossa visita foi a deposição de uma coroa de flores ao pé do monumento à Artigas, o grande herói nacional, e que simbolizou nosso protesto por não termos sido recebidos por qualquer autoridade do governo apesar das tentativas feitas. Debaxo de uma chuva miúda, sob um céu de chumbo, e muito frio, realizou-se a cerimônia com a presença de muitos populares que acorreram ao local. Qual não foi minha surpresa quando escutei alguém chamar meu nome. De repente vi-me envolvido por um grupo de cearenses que faziam uma excursão terrestre e haviam me avistado de longe.

Foi uma alegria encontrá-los, e comprovar mais uma vez que os cearenses estão por toda parte...

Nossa permanência no Uruguai foi coordenada basicamente pelo "Serviço de Paz e Justiça", instituição ligada à igreja e dedicada à defesa dos direitos humanos. Acompanhados pelo presidente da organização, e por outros uruguaios, fomos por eles advertidos de que estávamos sendo permanentemente seguidos e observados pela polícia. Não sendo famosos como a cantora Fafá de Belém que foi recentemente impedida de cantar em Montevidéu, cumprimos nossa agenda sem sermos molestados.

O mau tempo impediu que o avião decolasse, determinando o cancelamento do vôo e obrigando-nos a permanecer mais um dia no Uruguai. O fato ensejou-me a oportunidade de andar um pouco pela cidade, o que me valeu saudações calorosas em restaurantes e lojas onde era conhecido, para surpresa minha, e cumprimentado pela contribuição que estava dando à restauração da democracia no país. Eu mesmo não tinha me dado conta da importância que nossa missão tivera para os uruguaios. A sensação que recolhi, andando pelas ruas, e *conversando com algumas pessoas, foi de desalento, de decadência econômica, e cultural, processo reversível apenas mediante a redemocratização nacional com ampla participação popular.* Os sinais de degradação material, e psicológica, eram claramente perceptíveis, na arquitetura da cidade, nos veículos, nos lugares públicos, e no ânimo das pessoas. É certo que o tônico da democracia em perspectiva começava a mudar as coisas, agora às vésperas das eleições, isso está muito mais evidente. O Uruguai deixou de ser um país sem horizontes. Ao lado dos que ficaram estão os retornados. O país dos velhos desesperançados está de novo convivendo com os jovens que se mantinham retraídos, e com os exilados que voltaram.

A convivência com parlamentares e líderes políticos de diversos países latino-americanos me deu a oportunidade de observar o quanto nós brasileiros estamos distantes desses irmãos. Parece-me que a colonização que tivemos, a língua que falamos, a vasta extensão territorial do nosso país, e, comparativamente, a relativa estabilidade política de que desfrutamos, tudo isso nos distancia dos demais países latino-americanos. O ideal da pátria grande, tal qual pregou Bolívar, e o permanente intercâmbio que realizam entre si, mostrou-me que há entre esses povos um amálgama a uni-los malgrado as diferenças geo-políticas que existem entre eles. O Brasil está fora desse contexto, e eu pude sentir em meus colegas censura a esse nosso comportamento. Somos vistos como um povo voltado para si mesmo, e no plano externo predominantemente para a América do Norte e a Europa. Percebi que enxergam em nós intenções hegemônicas. No nosso grupo mesmo detectei críticas sutis insinuatoras de que os brasileiros desejavam empolgar o controle da missão.

De volta ao Brasil estivemos com os Ministros da Justiça e da Casa Civil. Fizemos ver aos dois a necessidade de manter-se intocável a tradição brasileira de não extradição por motivos políticos. Em decorrência de decisão inape-

lável da Suprema Corte de Justiça do Brasil o líder montonero Mário Firmenich foi recentemente extraditado para Argentina. O acontecimento não significa um fracasso de nossa missão. Longe disso. O que fizemos foi plantar solidamente os alicerces da paz e do progresso político na América Latina, vítima continuada do atraso econômico, da mesquinha política e da opressão financeira externa.

QUAL O LIBERALISMO?

No momento em que instalamos o Partido da Frente Liberal, convém fazer ainda uma reflexão sobre a idéia de liberalismo. Qual a validade de uma doutrina nascida no século XVI quando o mundo mal saía da Idade Média? Até que ponto o liberalismo é adequado a um País do Terceiro Mundo? Qual o apelo popular da agenda liberal? Que tipo de liberalismo se presta ao Brasil? Ou, parodiando Norberto Bobbio, qual o liberalismo?

O Conceito de liberalismo como filosofia política orientada para a idéia de liberdade parece vago e incompleto. Uma qualificação possível tenta identificar as liberdades básicas - liberdade de associação, de pensamento e palavra, liberdade de organização - associados a esta doutrina política. Ou seja, ao Estado liberal caberia garantir o exercício dessas liberdades.

Pode-se alegar que os valores relacionados às liberdades democráticas estão, hoje, universalizados e pertencem ao patrimônio coletivo da humanidade. Não são, portanto, monopólio de qualquer doutrina política. Ademais, a prática da liberdade, em princípio, não tem qualquer relação necessária com nenhum modelo de organização econômica e social. O fato de os governos democráticos terem se consolidado no mundo capitalista constitui uma circunstância fortuita.

Historicamente, o conceito de liberalismo tem tido aplicação mais larga, ditando mesmo aspectos da organização da Sociedade.

No século XIX, passou a ser identificado com a concepção de que a sociedade se organiza de tal maneira que os indivíduos, buscando o máximo de vantagem pessoal, estariam contribuindo para o bem-estar geral de sua comunidade. É a idéia de automatismo do mercado, como agência natural" de alocação de recursos, que passa a orientar todos os aspectos da vida associada. O lucro individual corresponderá sempre a um ganho social. Trata-se da chamada teoria do individualismo possessivo.

É evidente que, hoje em dia, essa compreensão só encontra acolhida no paroxismo de um Milton Friedmann. Ninguém, em sã consciência, pode mais acreditar que o mercado não produz a desigualdade. A história mostra que o

mercado é um sistema eficiente para alocação e extração de valores, mas é dotado de uma tal racionalidade que promove a concentração e a disparidade social.

Não se trata, portanto, de resgatar um modelo *de laissez-faire* que dissimula a intervenção destinada a remover os obstáculos ao "livre" funcionamento do mercado.

A que vêm então os liberais?

Em primeiro lugar, parece que os valores relacionados às chamadas liberdades civis não estão tão universalizados assim. Em muitas partes do globo jamais chegaram a construir conteúdo ordinário do cotidiano. Pelo menos, no caso brasileiro, ninguém esquece que ainda estamos saindo de 20 anos de autoritarismo.

Esse recesso no exercício das liberdades deixa vícios e taras. Toda vigilância é pouca para conter vocações autoritárias e suprimir ritos arrogantes. A defesa da liberdade como um objetivo em si mesmo é idéia atualíssima neste Brasil de Nova República. O liberalismo enquanto busca conter a intervenção do Estado e inibir a prática do totalitarismo, deve transformar-se em aspiração de todos os brasileiros.

Em segundo lugar, os liberais do século vinte não têm nenhum compromisso com a idéia de automatismo social fundado no individualismo possessivo. A nova agenda liberal se expressa na dialética da intervenção.

A indicação de alguns aspectos do conteúdo dessa agenda pode oferecer uma visão do que entendemos por este novo liberalismo, sem termos que nos aventurar no terreno pantanoso da dialética.

Ensina a Ciência Política que a nova Teoria Liberal prega a não acumulação das desigualdades. O Estado buscaria promover uma distribuição de papéis de tal sorte que assimetrias presentes na ordem econômica não se reproduzissem na ordem social ou política. Evitar-se-ia a superposição das disparidades, ou seja, posições privilegiadas na estrutura econômica não coincidiriam com papéis relevantes no meio político. Ao novo Estado Liberal caberia produzir uma distribuição desigual da desigualdade, segundo o velho princípio da isonomia. Esta concepção supõe que tal ordem social promoveria a progressiva homogeneização da sociedade.

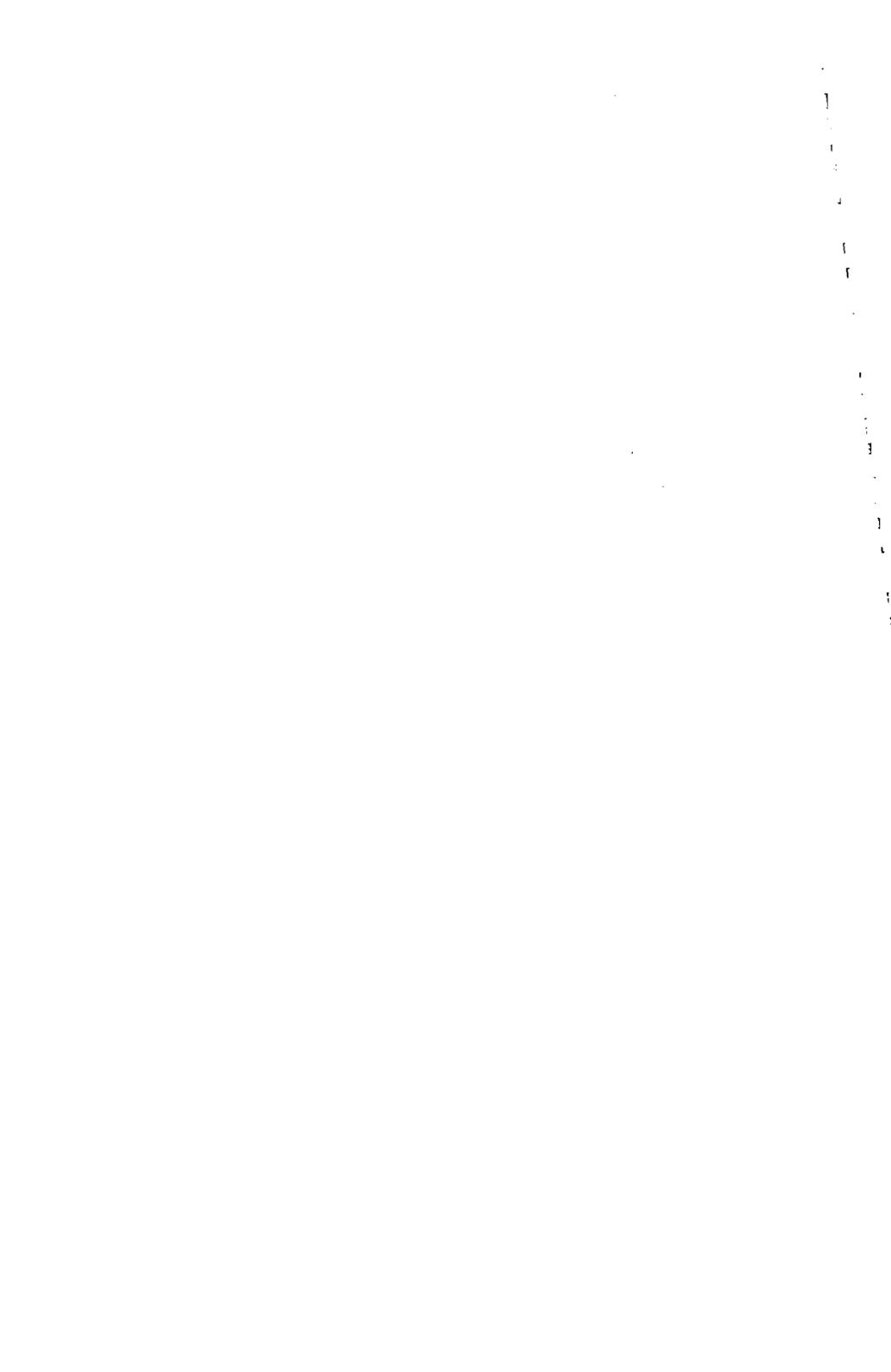
Considerando a plausibilidade de um arranjo social fundado na nova utopia liberal, é possível também pensar-se, sem incorrer num paradoxo - dialética não é contradição -, em uma mínima intervenção do Estado na vida do cidadão. Trata-se de eleger a cidadania como primeira instância no estabelecimento dos limites da intervenção no Estado. Caberia ao cidadão definir tudo aquilo que não é legítimo ao Estado realizar.

Tanto mais liberal seria o Estado quanto menos prerrogativas ele tivesse. Tudo que não contribua para preservar a liberdade e a ordem social que lhe sustenta seria excluído de suas atribuições.

Perseguindo a homogeneização, o Estado buscaria qualificar a cidadania com a garantia de direitos políticos e sociais. Garantir-se-ia a todos os cida-

dão uma quantidade mínima de recursos políticos, econômicos e sociais expressos pelo exercício dos mencionados direitos.

Deste modo, além de sua identidade civil, o homem teria direito de participar da produção e apropriação da riqueza, da valorização de sua comunidade e de um universo simbólico coletivo. Coisas do amor à parte esse elenco de direitos engloba todos os aspectos da vida social, desde a universalização do princípio da representação, liberdade de organização, segurança e bem-estar da família a conservação da natureza, a preservação de especificidades culturais, até a defesa contra a onisciência dos computadores.



UM LUGAR (PARA O OUTRO) NO CORAÇÃO

Os vencedores do “Oscar”, o grande prêmio do cinema americano, deste ano, já começaram a chegar ao Brasil. À exceção de “Amadeus”, cuja exibição no Brasil já está assegurada mediante contrato milionário assinado entre as partes interessadas, os demais filmes já podem ser vistos nas salas das nossas principais cidades. Há poucos dias fui assistir aqui em Brasília um desses filmes, “Um lugar no coração”, cuja trama simples relata a atitude corajosa de uma mulher que vem a descobrir sua força interior ao se deparar de repente com a viuvez e a miséria. Numa pequena cidade pobre do Texas seu marido, xerife do lugar, é virtualmente arrancado da mesa de refeições para ir prender um bêbedo que fazia arruaça atirando a esmo, em plena via férrea, por entre vagões estacionados. Um desses tiros atinge o peito do xerife, fulminando-o imediatamente, e surpreendendo, o criminoso. O homem, que saíra de casa cheio de vida, interrompendo um momento de aconchego com a família é trazido de volta, morto, pelos amigos, enchendo de dor o coração da pobre mulher. Mais tarde, caminhões cheio de homens brancos, naturalmente param em frente a casa do morto e depositam na estrada, qual um troféu, o corpo do assassino, um negro, justificado por eles. Todos assanhados pela emoção e o racismo. As dificuldades da família começaram aí. Dívidas punham em risco a propriedade da casa. A viúva não tinha como prover seu sustento e o das duas crianças. A “solidariedade” da população da cidadezinha se esgotara no linchamento do criminoso. Todas as portas se fechavam para a família que perdera seu chefe. Uma mulher ingênua que não sabia sequer preencher um cheque viu-se de repente abandonada por todos. O gerente do banco insistia em cobrar uma dívida e aconselhava a venda da casa. A irmã, sem muito jeito negou-se a recebê-la em casa alegando dificuldades muito inferiores às da jovem viúva. O comerciante ladino tentou enganá-la aproveitando-se da sua inocência. Insuspeitada capacidade de luta, e o senso de defesa e sobrevivência da família deram-lhe forças para resistir. O destino e a necessidade encarrega-

ram de reunir sob o mesmo teto a mulher desamparada, o negro errante, desempregado, que perambulava pelas estradas em busca de serviço, o cego, neurótico, de quem o cunhado banqueiro queria livrar-se. A indiferença, e a hostilidade da sociedade marginalizou-os, pondo-os na mesma nave. A nave dos fracassados dos mal sucedidos, que devem ficar de lado para não impedir o sucesso dos demais. É significativo que essa pequena amostra de marginalizados sociais tenham ao final triunfado sobre o banqueiro impiedoso, o comerciante inescrupuloso, e a irmã egoísta, abalada pela descoberta da infidelidade do marido. Há um sentido moral a extrair do episódio. A sociedade racista, pobre, preconceituosa da cidadezinha atrasada, é a expressão reduzida da humanidade insensível de nossos dias. Incapaz de descobrir o outro, de dar-lhe a mão, de apoiá-lo. Falta-nos a caridade, tal como a descreveu Gustavo Corção no relato de sua conversão ao catolicismo, "A descoberta do outro". Virtude ímpar cuja prática emperra diante de situações concretas, mas que está presente entre párias, marginais, miseráveis, e até nas instituições ditas de caridade. As teorizações humanistas, os choques provocados em nós pela brutalidade de certos noticiários, a filantropia difusa, nada disso substitui a ação pessoal e a atenção ao próximo. A verdadeira caridade está na capacidade de atender a quem nos procura, a quem nos incomoda com sua presença, com sua miséria, com seu infortúnio, com sua concretude. O mesmo Corção, de quem discordo politicamente, mas cuja espiritualidade admiro, definiu essa sensação em uma única frase: "é mais fácil querer bem à humanidade inteira do que ao vizinho que ouve o rádio-teatro". Por isso é preciso fazer-se muito esforço para ter no coração um lugar para o outro, e guardar sempre a lição cristã da caridade vicentina.

TOMAI DE MINAS A ESTRADA...

·É·tomei! Segui a sugestão do poeta inconfidente. Peguei a família e bati-me em direção a Minas, aproveitando os feriados da Semana Santa. Parti para um mergulho na história do Brasil, um reencontro com as igrejas barrocas e o casario colonial mineiro. Nas velhas cidades de Minas as casas se arrumam encostadas umas às outras, escoradas como para não tombarem, deterioradas, algumas, por falta de conservação adequada, mas todas dignas, por serem velhas, como dizia Machado de Assis. Cheguei por avião. Desembarquei no distante aeroporto de Confins. Moderno, frio, e eficiente como todos os grandes aeroportos. Fui à Belo Horizonte inicialmente, para depois demandar Mariana, Ouro Preto, São João Del Rey, Tiradentes e Congonhas do Campo. Cumpri o roteiro que as empresas de turismo chamam corriqueiramente de circuito das cidades históricas. Tornei a me espantar diante da riqueza das igrejas mineiras cheias de obras magníficas de mestres famosos, como Ataíde e o Aleijadinho. O sofrimento físico deste último, Deus compensou com talento e consagração póstuma. É sem dúvida um dos gênios da escultura universal. Tudo feito naquele tempo em que colonizadores e colonizados perdidos naqueles sertões longínquos se entregavam completamente a Deus, e em louvor de seu Filho, e dos santos, erguiam templos para o culto de negros e brancos, escravos e senhores. A vida girava em torno da igreja. Mesmo que a ambição de enriquecer à custa do ouro fosse o motor da economia e da urbanização. Garimpava-se ouro e promovia-se a fé. Na igreja a vida tinha início e fim. Ali as pessoas eram batizadas. Mortas, sepultavam-nas sob o assoalho dos templos. Ali cada um rezava acomodado em seção compatível com sua condição social. As castas se dispunham como mercadorias distintas, arrumadas em prateleiras próprias... A igreja era o braço espiritual da Corte. Na velha praça de Mariana, Igreja e Governo estão face a face. A antiquíssima Casa de Câmara e Cadeia mira de frente o belo templo consagrado à São Francisco. Entre os dois, o pelourinho. Testemunho mudo da história. Instrumento de suplício, praticado por lei, como expressão de uma sociedade socialmente injusta, mais tarde modificada ao influxo dos ventos da liberdade que soprariam dos

Estados Unidos e da Europa. Foram os precursores da libertação brasileira, os inconfindentes, que reverenciei em Ouro Preto, na sala que lhes foi destinada no Museu da Inconfidência. Sequer a tagarelice gárrula do pequeno guia que me acompanhava perturbou aquele momento de contrição cívica. As pesadas lápides de granito ali postas não sepultaram valores eternos professados pelos inconfindentes: o amor, a liberdade. A paixão de Marília e Tomás Antônio Gonzaga permanece viva em páginas imperecíveis da literatura brasileira. O ideal de Tiradentes e seus companheiros de rebeldia permanece como lição insubstituível, inspiradora de atitudes que devem orientar o destino da Pátria, no presente e no futuro.

De Belo Horizonte, cidade planejada, outrora provinciana, pouco vi. Deu para perceber que, do que foi programado ficou o traçado peculiar das ruas centrais, todas com nomes indígenas e dos Estados brasileiros. A urbanização acelerada supera o planejamento. Ocorreu em Goiânia. Está acontecendo em Brasília. As cidades como organismos vivos que são, rompem as amarras do planejamento. A capital mineira espalhou-se, fundiu-se com cidades vizinhas. Escalou a serra do Curral, onde se penduram residências graciosas atentando contra a preservação dos sítios naturais. No mais arranha-céus, trânsito, o bulício das grandes metrópoles brasileiras.

Nas viagens por terra percorri estradas de ótima qualidade, ainda que íngremes e sinuosas como convém à topografia de Minas. Às margens vi serranias escalvadas, cobertas de vegetação rasteira, muito verde embora. Serras tosadas pela exploração predatória das matas. Aqui e ali repontam plantações de "pinus", tentativa canhestra de reparar o passado; substituindo-se por floresta homogênea a desordem natural processada durante séculos. Montanhas evisceradas expõem o ventre metálico, parindo riquezas extraídas pela mineração intensiva. Essas considerações não são devaneio de viajante ocioso, mas preocupação permanente de quem se interessa pela defesa da natureza. Pena que o passado não volte como um filme em "flash back". A beleza natural que estaria diante de nossos olhos certamente nos inspiraria em favor de uma exploração mais racional daquelas riquezas.

Se puder, amigo, um dia, vá. Tome de Minas a estrada... Você vai voltar mais brasileiro. Parte importante da história do Brasil está lá. Guardada em relicários barrocos, museus, igrejas, e nos sótãos antigos de velhas casas anônimas.

GANHAR MAIS PARA COMER O MÍNIMO

A divulgação recente de um estudo realizado por técnicos do IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas, acreditado órgão do governo federal, suscita com inquietante oportunidade o problema alimentar brasileiro. As informações ali contidas, assustam, por serem oficiais, e evidenciam estarmos diante da grave questão que afeta profundamente o interesse nacional. A partir de 1965 a agricultura brasileira experimentou um rápido processo de modernização. Modernização que consistiu basicamente no aumento da área plantada, no uso intensivo de insumos agrícolas, na mecanização, e no cultivo de produtos destinados à exportação. Os resultados dessa transformação nem sempre foram satisfatórios. Com ela aumentou o êxodo rural (calcula-se que entre 1960 e 1980 vinte e oito milhões de pessoas deixaram o campo em direção às cidades, sendo que a maior parte o fez na década de 70) e surgiram problemas sociais graves como o dos trabalhadores sem terra, os bóias-frias. Por outro lado, a agricultura voltada para a produção de alimentos básicos, arroz, feijão e mandioca, permaneceu atrasada, sem estímulos governamentais, sem crédito. Os pequenos produtores, desamparados, deixaram de produzir na escala desejável, e o resultado é que a partir de 1975 a produção desses alimentos básicos vem caindo anualmente. Nossa agricultura está, portanto dividida em dois setores, um dinâmico, voltado para a exportação, outro atrasado, em declínio, dirigido para o consumo interno. Considerando que dados de 1975 demonstraram que 67% da população apresentava um déficit alimentar, consumindo menos de que as 2.240 calorias diárias mínimas, por pessoa, chega-se à conclusão de que são necessárias medidas urgentes para reverter essa preocupante situação. Tal como está, a política agrícola do governo nunca vai encher a panela do brasileiro, mas a dos estrangeiros.

Certamente já terá ocorrido ao leitor a idéia de estimular a produção dos alimentos básicos através de melhores preços, entre outras medidas de natureza técnica a serem adotadas. É triste descobrir que tal providência teria pouco valor, pois o grosso da população não come, ou come mal, porque não dispõe de recursos para adquirir alimentos, mesmo os mais baratos. A crise atual,

com seus componentes de desemprego, redução real de salários, e elevação de preços, contribuiu para agravar ainda mais a situação nutricional dos brasileiros. Estamos produzindo pouco, e consumindo abaixo do necessário. Não há produção, nem demanda, embora a carência alimentar seja grande. Se lembrarmos que 2/3 da força de trabalho brasileira ganha até dois salários mínimos, chega-se rapidamente à conclusão de que os operários não estão ganhando sequer para prover sua cesta básica de alimentos. Hoje, o custo da cesta básica, capaz de oferecer o mínimo de calorias diárias preconizadas pela FAO, é superior à jornada normal de 240 horas de trabalho; considerando o salário mínimo em vigor.

A desnutrição como causa básica ou associada é responsável por expressivo número de óbitos no Brasil, de modo especial nos contingentes populacionais mais vulneráveis, gestantes, e crianças. Os efeitos da desnutrição sobre as crianças, experimentados desde o útero, se exteriorizam pelo baixo desenvolvimento estatural e pela deficiente formação do sistema nervoso. *Continuando o atual estado de coisas, no campo alimentar, estamos condenados a nos transformar em um povo formado por legiões de anões estúpidos.*

A redistribuição de renda, indispensável para resolver a questão, não se faz de uma hora para outra, ainda que aconteça a decisão política de promovê-la rapidamente. Enquanto ela não chega, outras providências podem e devem ser aplicadas para alterar essa vergonhosa situação. O próprio estudo do IPEA, a que me referi no início, sugere medidas objetivas para aumentar o consumo de alimentos. A distribuição gratuita de alimentos aos grupos mais vulneráveis das populações de baixa renda, praticada a partir da aquisição de alimentos localmente, a pequenos produtores, e a concessão de subsídios aos preços dos alimentos básicos (leite, arroz, feijão e mandioca) podem produzir resultados favoráveis, desde que feitas em escala significativa. Os programas governamentais desse gênero até aqui desenvolvidos, pecam pelo descumprimento das metas e insuficiência de meios. Por último, a modernização ocorrida nos setores de produção e comercialização de alimentos não contribui significativamente para reduzir os custos finais e conseqüentemente estimular o consumo. Quando isso ocorre, favorece as classes média e alta, tal qual se vê nos modernos supermercados, onde os alimentos custam 10 a 30 por cento menos que na periferia das cidades, graças ao sistema de aquisição direta nas fontes produtoras implantado pelas grandes redes varejistas.

O desafio alimentar brasileiro está posto nas duas extremidades da cadeia, na produção e no consumo. Vencê-lo é um imperativo a que o governo não pode fugir. Negar alimentos à população é suplicia-la, lenta, mas inexoravelmente. É agir desumana e impatrioticamente.

PRAIAS PARA TODOS

A ocupação rápida e desordenada das praias ao longo de nossa costa constitui hoje um dos problemas urbanos mais sérios que enfrentamos. Loteamentos mal feitos, e edificações levantadas em desrespeito às regras urbanas elementares, provocam a expulsão de populações nativas ali assentadas há anos, bem como a destruição criminosa do ambiente natural. A força dos interesses econômicos envolvidos no assunto é suficiente para vencer resistências, quando surgem, levantadas pelos órgãos governamentais a quem a matéria está afeta. O desaparecimento, e os conflitos de competência entre diferentes repartições públicas fazem o resto. A violência contra recalcitrantes que se recusam a deixar as terras onde vivem precede à depredação ambiental que se processa em nome do progresso e da urbanização. A comunidade local se desarticula. Seu sistema de vida muda radicalmente. Expulsos, ou cooptados pelos "invasores" de fim de semana, as pessoas experimentam uma sensação de insegurança quanto ao futuro. Não sabem bem o que lhes aguarda. Temem perder a estabilidade adquirida, mesmo em meio a uma existência difícil e pobre, mas construída sobre valores que lhes são próprios.

Em um país como o Brasil, onde um pequeno número de pessoas desfruta cada vez de mais privilégios, onde os bens públicos se tornam a todo momento menos públicos, por força de manobras disfarçadas que visam a monopolizar ou restringir seus usos por parte de todos, as praias e o mar permanecem como bens naturais aos quais o acesso é livre. Ou deveria sê-lo! A ocupação anárquica que vem se fazendo ao longo do litoral brasileiro desrespeita a lei, desfigura o ambiente, e gera problemas sociais importantes. Um deles é o da privatização das praias. Questão que ganha mais realce à medida que se adensa a urbanização de nossas costas. É algo que já existe de fato, ou potencialmente, um pouco por toda a parte, reclamando a reação das autoridades e da própria comunidade contra essa situação. Por entender assim é que o executivo federal fez constar, expressamente, no projeto de lei de número 775, que dispõe sobre o desenvolvimento urbano, e ora tramita na Câmara dos

Deputados, artigo no qual fica garantido o livre acesso às praias. O governo do Estado de São Paulo também não fez por menos. Acaba de deflagrar, através do Conselho Estadual de Meio Ambiente, campanha junto à população visando a detectar e coibir qualquer tentativa de privatização de praias ou cerceamento de acesso público ao mar. Aos Estados e municípios onde a urbanização do litoral se encontra em franco andamento a preocupação cabe para evitar de antemão problemas futuros. É preciso maior rigor na aprovação de loteamentos e de edificações. A ganância de muitos empreendedores constrói "cidades" e conjuntos à beira-mar com nomes pomposos e qualidade precária. Seria lirismo imaginar que se pode deter o avanço das empresas imobiliárias sobre as praias. Ele responde a uma necessidade dos moradores das grandes cidades em busca de repouso e lazer nas férias e fins de semana. O que se pretende é disciplinar o processo. É indispensável impedir-se a favelização oficial de nossas praias. O problema preocupa urbanistas, políticos, e ecologistas responsáveis. O senso prático recomenda ações corajosas e oportunas. A preocupação com a preservação do meio ambiente e a defesa da natureza merecem mais do que divagações de diletantes ou reações indignadas sem desdobramentos concretos.

A DANÇA DOS SALÁRIOS

Ano passado o Congresso Nacional ocupou-se intensamente em discutir a política salarial, cuja alteração estava sendo proposta pelo Presidente da República, por sugestão dos ministros da área econômica. As decisões do Executivo, materializadas sob a forma de decretos-lei, eram até há pouco tempo adotadas sem maiores discussões, refletindo apenas uma visão unilateral do problema. Os decretos-lei, além de vigorarem tão logo são editados, têm a peculiaridade de não serem passíveis de mudanças durante a apreciação pelo Legislativo. Isto é, devem ser aprovados ou rejeitados na íntegra. Quer dizer, a função revisora do Congresso não existe no caso dos decretos-lei. Os papéis se invertem, o Executivo legisla e o Legislativo sanciona, ou veta...

No governo do presidente João Figueiredo a política salarial foi alterada sete vezes, a partir de 1979, quando foi aprovada a lei número 6708, que introduziu o reajuste semestral dos salários, aumentos maiores para os que ganhavam menos e o aumento real com base na produtividade. É importante recordar que a atual administração federal teve seu início marcado pela explosão de movimentos grevistas em todo o País, e de diferentes categorias de trabalhadores, reunidos em torno da luta por melhores salários. A adoção da lei mencionada, de certo modo contentou os trabalhadores e determinou acentuada redução na decretação de greves. A persistência, e ascensão, da inflação, a predominância dos ministros da área econômica no seio do governo, o agravamento da crise econômica, e a pressão dos bancos e organismos financeiros internacionais, conduziram a edição de sucessivos decretos-lei que tinham em comum o propósito de reduzir os salários reais, no pressuposto de que a medida era imprescindível para o controle da situação. Era a política do “achatamento”, ou “arrocho” salarial, como é conhecida popularmente. As leis de número 6886, de dezembro de 1980, e 2012, de janeiro de 1983, de uma forma ou de outra, acabavam com os ganhos reais dos trabalhadores por ocasião dos reajustes salariais, ao mesmo tempo em que estabeleciam para algumas categorias de assalariados aumentos aquém do índice nacional de

preços ao consumidor (INPC). Na verdade, aquilo que deveria ser aumentado se transformava em redução real do salário.

Quando o governo editou em março de 1983 o decreto-lei número 2024, que modificava mais uma vez a política salarial, a indignação da sociedade em relação à matéria era geral. Com o apoio de oito deputados do PDS, entre os quais estive, a Câmara dos Deputados rejeitou aquele decreto-lei e mostrou pela primeira vez, na presente legislatura, que estava disposta a exercer o seu papel com altivez e independência. A reação da Câmara foi inesperada, e surpreendeu ao Executivo, sempre confiado na sua inércia e docilidade. Sem medo de errar, posso afirmar que foi essa atitude do Legislativo o marco inicial de uma série de importantes acontecimentos que demonstraram posteriormente o fortalecimento do poder e a independência de expressiva parcela de parlamentares do PDS em relação ao governo. Tudo iria contribuir para que desembocássemos no atual quadro político que traduz o sentimento nacional da transição pacífica para a democracia sob a liderança de um candidato que reúne em torno de si a esmagadora maioria da sociedade. A consciência pretensiosa do Executivo respondeu à reação da Câmara baixando um novo decreto, ainda mais prejudicial aos assalariados que o anterior. Foi o decreto-lei número 2045. Ainda, aí, sob acusações falsas de impatriotismo, responsabilizados pela formação de um impasse político, e em plena vigência de medidas de emergência estabelecidas para o Distrito Federal, os deputados, em número bem maior, recusaram a nova medida legal. Depois de alguns dias de entendimentos entre as lideranças políticas do Congresso e os ministros do setor econômico, foi aprovado o decreto-lei número 2065, que atenuava as propostas anteriores, embora também contivesse os salários em níveis abaixo da inflação informada oficialmente.

Apesar do caráter decisivo que o governo emprestava à adoção da política salarial para deter a inflação, os resultados obtidos não foram bons. A despeito do freio aplicado aos salários e da injustiça social implícita na medida, o processo inflacionário não recuou, e as diferentes associações de classe de empregados e patrões começaram a clamar contra a política salarial em vigor. A penalização dos assalariados acabava repercutindo na economia de um modo geral, alimentando a recessão indesejada por todos. Na prática, a lei, depois de algum tempo, foi ultrapassada, e muitos acordos salariais foram celebrados pela iniciativa privada, e até por empresas estatais, em percentuais acima dos previstos na legislação.

Finalmente, projeto originário do Congresso, e negociado com o Executivo transformou-se em lei recentemente, restabelecendo reajustes integrais com base nos índices inflacionários para os que ganham menos, deixando inclusive um percentual para ser objeto de negociação entre as partes nas faixas salariais mais elevadas.

A lição colhida desses fatos, mostra claramente que a evolução do País na trilha da democracia impõe a discussão ampla, antes de adotá-las, de todas as medidas que atingem fundamente a população. No caso da política salarial,

a decisão imposta pelo Executivo foi mal recebida pela população, e modificada pelo Legislativo, que após muitos anos afinal participava da decisão de tal magnitude. Acho que os resultados frustraram, inclusive, seus idealizadores, que tanto se empenharam em implantá-la. Resta a evidência de que o sistema de pesos e contrapesos decorrente da existência de poderes constituídos independentes evita que o Estado se distancie da Nação e decida contra ela.

COMO ADMINISTRAR FORTALEZA

O “Diário do Nordeste” me indaga como agiria se estivesse à frente da Prefeitura de Fortaleza. A pergunta foi posta certamente em função da minha experiência no cargo e dos momentos difíceis que a cidade está vivendo. Naturalmente que as ações administrativas são ajustáveis às circunstâncias, embora o administrador mantenha íntegras suas características pessoais. Por isso digo, pode se repetir o administrador, mas não se reproduz a administração. O contexto social, econômico e político, em um determinado momento, baliza a ação do administrador público e inspira os fundamentos de seu programa de governo. No caso de Fortaleza isso ainda é mais evidente, pois a cidade tem uma grande dependência externa, isto é das políticas, planos e programas dos governos estadual e federal. Assim é que durante a campanha para as eleições municipais do ano de 1985 além de divulgar os feitos de minha gestão anterior apresentei um plano de trabalho calcado na realidade, harmonizado com as orientações do governo federal, e adequado às necessidades locais. Em se tratando de eleições diretas é importante realçar que o desempenho do Prefeito será comparado pela população com suas promessas de candidato. Durante a campanha, amigos e partidários censuraram a parcimônia de minhas promessas, convictos de que assim agindo perdia preciosos votos. Não sei se foi por isso que deixei de ganhar. Se há políticos prometendo a lua é porque há eleitores imaginando que poderão de fato ganhá-la. Como isso não aconteceu a relação entre povo e governo é freqüentemente de frustração e ressentimento, o que é mau para a democracia.

Creio que no momento atual, em meio às vicissitudes que a cidade sofre, cabe ao Prefeito agir como líder, mobilizando o funcionalismo municipal, articulando-se efetivamente com as esferas estadual e federal de poder, buscando apoios e recursos para a execução de projetos inadiáveis envolvendo a comunidade através de suas lideranças expressivas, sem preconceitos ou discriminações. Toda ação de governo deveria se voltar para aglutinar pessoas e entidades em torno do objetivo comum que é a defesa de nossa cidade dura-

mente ameaçada de degradação física e social. Julgo essencial, nesta emergência, incentivar na comunidade o sentimento de lealdade para com a cidade a fim de motivar a todos na busca de meios mínimos, suficientes para assegurar o funcionamento dos serviços essenciais. Austeridade administrativa, planejamento coordenado, rigor na observância às leis e posturas municipais, estímulo aos funcionários, prioridade para a execução com um mínimo de eficiência dos serviços básicos (manutenção e melhoria das vias públicas, limpeza urbana, transportes coletivos) são medidas que se impõem. Maior ação social mediante providências criativas eficientes, e de baixo custo, em relação aos problemas de educação e cultura, saúde e desemprego. Incremento ao turismo, cujo decréscimo já se prenuncia dando-se melhor atenção às praias e ruas que, invadidas, desfiguram a cidade, prejudicam transeuntes e banhistas e comprometem a higiene ambiental.

No mais é administrar com prudência, ser tolerante e sensível, sem deixar de ser o executor sereno da lei. A alta voltagem ideológica, no caso da Prefeitura, apaixona alguns sectários, mas fulmina simpatizantes, e esteriliza esperanças. Separa, e divide, levanta reações desnecessárias e dificulta a administração. Sem gosto pela administração pública, e empenho gerencial, é impossível vencer-se a inércia e a ineficiência do serviço público. Negociações lentas e cansativas com representantes de outras instâncias administrativas exigem paciência, habilidade e obstinação por parte do Prefeito. Um espírito brilhante, ideologicamente puro, pouco fará se desprezar essas exigências. Afinal, ninguém se iluda, um Prefeito é cobrado menos por sua ideologia, e mais por seus atos e omissões.

EM QUE BRAHMAS, EM QUE BRUMAS...

Morreu Pedro Nava. Matou-se Pedro Nava. Com toda a carga de mistério do suicida que não deixa explicação atrás de si. Recebi a notícia de chofre, pela televisão. O repórter parecia tão perplexo quanto eu, diante do fato estarrecedor. Uma noite de domingo, um telefonema estranho, uma saída incomum. Depois, o corpo caído, um tiro na frente, a arma ao lado. Num sítio amigo, sob uma velha árvore, à luz frouxa de um lampião da Glória. Mais tarde, uma conhecida disse ter divisado pela janela seu vulto, sentado, braços perdidos, cabeça caída. Instantâneos dos momentos finais que precederam o desfecho trágico. Por fim, a sucessão de providências que compõem a liturgia da morte. Na lousa da burocracia, Nava, hirto, aguarda o último diagnóstico. Logo ele que foi íntimo das morgues. O médico meticuloso que deixou com disposição final recomendação aos amigos dispondo sobre o embalsamamento do seu corpo. O poeta bissexto que cantou o cadáver do pai em versos profundos. O Egon, de “O Círio Perfeito”, médico jovem, façanhudo, que em uma noite da revolução de 30 dera cabo no necrotério da Santa Casa de Belo Horizonte, à luz de velas, de vinte e um cadáveres. Cena macabra, que descreve com mestria, cheia de emanações místicas e pavores de corpos decompostos. Pedro Nava era assim. Todo odores, todo sabores. Visceralmente organoléptico. Memorialista caudaloso, renovador do gênero entre nós, evocou com minudência proustiana os cheiros das velhas cozinhas mineiras, a atmosfera das enfermarias e das salas de cirurgia, o gosto ímpar das iguarias coloniais. Veraz, perfis por ele traçados de colegas e familiares lhe valeram dissabores. Nava, navalha. O homem sensual, que perto de morrer fazia a apologia do amor físico, o esteta admirável, o conversador espirituoso, o médico competente. De repente, enjoado da vida, parou de vez. “Tantas vezes corri ao Dr. Nava em demanda de alívio, e ele acudia”. Nava já não existe. Drummond está sem médico. Leitores sem autor. D. Antonieta sem amor. Tantas décadas depois. Que dirá tudo isso Afonso Arinos? Da poção da vida que Nava lhe prescreveu, madrugada alta, naufrago da depressão, no quarto da casa grande da rua D. Mariana? Faltou a Pedro Nava um amigo à mão. Solitá-

rio, cedeu ao apelo silencioso do revólver. Vencera o horror que tinha á armas de fogo. Adquirira a sua há alguns meses. O suicídio parecia figurar nos seus planos íntimos. Em entrevistas à imprensa falava disso descuidadamente. Repetiu o calvário de Lenora. A amada enigmática, cuja morte comovente feriu fundo o médico recém-formado, que abalou precipitado de Belo Horizonte rumo ao oeste paulista.

Estive com Pedro Nava duas vezes. A primeira, quando junto com amigos promovemos sua ida ao Ceará após o sucesso do lançamento de "Baú de Ossos". Fez conferência na Academia Cearense de Letras sobre "A Medicina e os Lusíadas". Autografou livros em concorrido encontro realizado na reitoria da Universidade de Fortaleza. Conviveu com a parentela, meio cearense que foi. Falou dos Navas, Sales, Jaguaribes e Albanos, fantasmas do seu passado, amores de sua arte. Algum tempo depois visitei-o no Rio, no pequeno e aconchegante apartamento da Glória, para uma conversa à deriva. Foi um encontro simpático do qual guardo lembrança inesquecível. O resto resumiu-se à escassa correspondência que trocamos. Os afazeres da vida pública me afastavam a contragosto dos vagares literários.

Vinícius de Moraes, o poeta, que viajou antes, hospedado na mansão dos gênios, há de ter já resposta para a indagação oportuna feita por ele em famosa balada. "Em que brahmas, em que brumas/Pedro Nava se afogou?" Os que aqui ficamos, deserdados do seu talento, chegamos ao fim da leitura esbarrados por uma interrogação que não encontra resposta em nada, em ninguém.

DIÁSTOLE POLÍTICA

Há cerca de sete meses, um pequeno grupo de parlamentares eleitos pela legenda do PDS decidiu lutar pelo restabelecimento imediato de eleições diretas para Presidente da República. Impedido pelo vaivém da causa abraçada, o grupo cresceu, e se afirmou, como força renovadora dentro do partido. Acreditávamos, como continuamos a crer, ser o processo direto para a escolha do próximo Presidente a saída natural para a crise política que paralisa a Nação, e o coroamento esperado da obra de redemocratização do País empreendida com pertinácia pelo presidente João Figueiredo. As crises políticas brasileiras são companheiras históricas das sucessões presidenciais. Catecúmenos da democracia, os brasileiros se embaraçam na hora de praticá-la. Aquilo que seria medida pacífica, própria do regime que dizemos perseguir, por julgá-lo o mais conveniente ao povo, torna-se causa de inquietação política e desassossego social. Sucedem-se os pronunciamentos. Proliferam fórmulas salvadoras. Propostas de hoje, não são estranhas aos ouvidos de ontem. Maioria absoluta; eleições em dois turnos, parlamentarismo, reeleição, união nacional, prorrogação de mandatos. Teses ressuscitadas com oportunidade, graças à insuperável fragilidade de nossas instituições. Se a troca dos governos republicanos está intimamente associada à instabilidade das instituições, mais devemos temê-la agora, quando se trata de concluir um ciclo revolucionário de vinte anos e inaugurar com o próximo presidente um período de normalidade democrática que auguramos venha a ser duradouro. As pausas autoritárias do regime, tão bem figuradas na metáfora das revoluções cardíacas do General Golbery, devem ser evitadas para sempre. O que o País deseja é uma heresia biológica, mas uma possibilidade política, a diástole permanente.

A mobilização popular, quando milhares de pessoas foram ordeiramente às praças e ruas, de todo o País, em apoio ao retorno das eleições diretas para Presidente da República, nos mostrou que interpretáramos legitimamente os anseios do povo quando fizéramos em meados do ano passado nossa opção pela escolha popular. Sem abandonarmos a escolha feita, e continuando a pugnar por ela, não desejamos nos constituir em entrave a negociações políti-

cas elevadas que atendem aos anseios da sociedade e aos interesses da Pátria. A conciliação, tal como a entendo, e assim a entendem também os demais membros do grupo, não pode ser colocada como ideal político inalcançável, ou aspiração de ingênuos, senão como instrumento heróico de superação de crises graves, e de reordenamento institucional, acima de partidos e de correntes ideológicas. Falo da conciliação tal como a via o grande Nabuco, o “Estadista do Império”, o Ministro da Justiça do Gabinete Paraná. Aquela que está posta por ele, numa das páginas mais famosas da oratória parlamentar brasileira, o discurso conhecido como a “ponte de ouro”. Dizia ele: “Ouvi com repugnância, Sr. Presidente, uma idéia proferida nesta casa, que os partidos por si é que deviam conciliar; que o Governo devia esperar que os partidos se concilhassem. Entendo ao contrário, que a conciliação deve ser obra do Governo, e não dos partidos, porque no estado atual, se os partidos por si mesmo conciliarem, será em ódio e despeito ao Governo, e a transação, versando sob o princípio da autoridade, não pode deixar de ser funestíssima à ordem pública e ao futuro do País. Se a idéia é boa, o Governo não deve permitir que outros se aproveitem dela em seu prejuízo, não se deve deixar surpreender e dirigir pelos acontecimentos, mas deve ir à frente deles e dirigí-los”. O entendimento, que muitos, agora de boa fé, perseguem atabalhoadamente, não se concretizará sem a participação ostensiva do Presidente da República. A conciliação, ou bem a queremos, e o Governo trate de operá-la, ou a releguemos como disfarce mal posto, destinado a permitir somente que tudo continue como está.

Professor Afonso Arinos: nós, do “Grupo Pró-Diretas do PDS”, desejamos exercer dentro do partido, papel de renovação, indispensável às agremiações políticas que pretendem acompanhar as evoluções da sociedade, e servi-la verdadeiramente, como elemento de satisfação das aspirações coletivas. Estamos possuídos da mesma consciência social que o animou no passado, afastando-o, sem excluí-lo, da respeitável UDN, aferrada sempre à formalidade do liberalismo e da legalidade, que lhe deram a feição de partido moderno, nos albores da redemocratização que se seguiu ao fim do “Estado Novo”. Ninguém melhor que V. Exa., para abrir com o brilhantismo que lhe é peculiar, o ciclo de palestras que decidimos promover para amplo debate sobre o atual momento político nacional. Na sua figura reúnem-se equitadamente o professor de direito e o parlamentar experimentado. Testemunha de crises institucionais, viveu-as no seu âmago, contribuiu para solucioná-las. Em hora tão grave sua participação não poderia ser desprezada.

Companheiros: quaisquer que sejam os fatores a separar os políticos neste instante da vida nacional, o que devemos fazer juntos, é lutar para evitar o impasse, o retrocesso, a institucionalização da crise. Reunidos, vamos fazer coro com a Pátria, entoando o “Cântico Negro” do grande José Régio: Não sei por onde vou. / Não sei para onde vou/... Sei que não vou por aí.

VOCACÃO MUNICIPAL

A televisão tem a característica comprovada de infiltrar-se nos lares, com seu grande poder de comunicação, para colocar as pessoas, por mais alheias que estejam aos fatos, no centro dos acontecimentos. Há cerca de dois meses, mais uma vez, tive a oportunidade de comprovar o que acabo de afirmar. Encontrava-me então em excursão política na zona norte do Estado, de certo modo indiferente ao noticiário da imprensa, quando, em casa de um amigo, no curso de animada conversa com vários companheiros, fui surpreendido pelo noticiário da televisão que informava sobre a morte trágica de José Barros de Alencar. Desnecessário dizer o choque que experimentei, pois às vésperas de nossas viagens, dele e minha, havíamos conversado alegre e demoradamente pelo telefone marcando encontro para a segunda-feira seguinte. O destino levou-o, e nosso encontro ficou adiado. Só Deus sabe para quando.

As pessoas não se tornam boas pelo simples fato de haverem morrido. A morte por si só não transforma as criaturas. Tende, é verdade, sobretudo se ocorre em circunstâncias inesperadas, a atenuar os julgamentos dos outros em relação aos desaparecidos. Sobretudo se esses conceitos são emitidos sob o impacto imediato da tragédia. Muitos já falaram e escreveram sobre José Barros. Do que li e ouvi não sei de alguém que tenha exagerado nas expressões com que se referiu a ele. Conhecia-o muito superficialmente, até que os acontecimentos políticos me levaram à Prefeitura de Fortaleza. As limitações de recursos financeiros e humanos, as peculiaridades da situação política local, aliadas ao desconhecimento da máquina administrativa que deveria dirigir, me colocaram diante de dificuldades que a princípio receei não poder superar. Foi aí que encontrei José Barros, com quem mantive inicialmente relações funcionais, pelo fato de ser ele Presidente da Câmara Municipal e eu Prefeito, e de quem logo me tornaria grande amigo e sincero admirador. O apoio dele recebido me foi muito valioso e fundamental para a concretização da obra que realizei à frente da Prefeitura. Era um homem extraordinariamente bom, dotado de grande simpatia pessoal, o que lhe valeu sucessivos

êxitos eleitorais na sua longa carreira política. Líder natural, alçou posição de destaque na Câmara de Vereadores colocando-se acima dos partidos políticos para se identificar com a própria instituição que integrou durante tantos anos. Foi, por opção, um político municipal. Nunca aceitou disputar outro cargo, foi sempre vereador. Era ali que se realizava, trabalhando pelos seus eleitores, lutando pelo desenvolvimento de sua Messejana. Atento aos interesses do Município defendia-os com serenidade e firmeza. Advogava com empenho a autonomia municipal e acompanhava de perto a evolução da cidade e da administração pública. O fato de haver circunscrito sua ação política ao município de Fortaleza não diminui seu valor. Reafirma uma vocação municipalista. Dedicou-se à solução dos problemas da comunidade que representava com um entusiasmo que os anos não arrefeceram. A cidade, o bairro, eram seu campo de luta. Sem nunca desertar dele, travou muitas batalhas vitoriosas. Sabia que há grandeza na solução dos pequenos problemas urbanos.

O sofrimento pessoal e as inevitáveis decepções políticas não o desanimaram. Apesar da longa militância na vida pública agiu sempre com independência, sem se deixar cooptar por qualquer das lideranças que dividem entre si a chefia dos partidos a nível estadual. Morreu pobre e honrado. Nele não se apontam outras falhas que não as inevitavelmente encontradas nos melhores políticos brasileiros. Senti muito sua morte, e achei que devia fazer de público seu elogio. Dele recebi lições de vida que carrego comigo até hoje, e demonstrações de solidariedade cuja oportunidade e significado não esqueço. Pequenos dramas pessoais são inerentes à vida pública. Amigos experientes com quem partilhá-los, nem sempre.

FORTALEZA E O FUTURO

O futuro das sociedades humanas tem sido projetado tomando como referência certos marcos cronológicos que constituem fontes de preocupação e temor para nossa sobrevivência como tal. 1984 confirmou em parte a previsão orwelliana, mas o homem não pereceu de todo diante da tecnologia manipulada pelo estado opressor. 2000 marca o início do século, pressagia grandes progressos materiais e nos inquieta diante da perspectiva de vivermos uma odisséia, não no espaço, como quer a ficção científica, mas na terra onde moramos e trabalhamos. O homem não pára de prescrutar o futuro. É impedido a isso pelo fascínio que sente em decifrar o desconhecido. A futurologia não cabe apenas nas fórmulas matemáticas dos sábios. A ânsia do homem em conhecer o seu destino é perceptível na crença que empresta a videntes e adivinhos. O que distingue o homem dos outros animais é a consciência da morte. O que o inferioriza é a ignorância do momento em que irá encontrá-la. A angústia para descobrir o futuro deixou de ser fenômeno individual para transformar-se em aspiração coletiva. A sociedade humana projeta o futuro na esperança de torná-lo mais ameno e favorável ao homem. Nenhum de nós tem se preocupado em confrontar com a realidade as previsões dos astrólogos de fim de ano, ou dos futurólogos do Hudson Institute que trocaram com o mesmo sucesso o turbante e a bola de cristal da quiromancia pelos instrumentos da moderna cibernética. A confrontação seria certamente decepcionante. Mesmo assim insistimos em antecipar o futuro. Há até quem tenha cunhado a frase, parodiando aspirações da moda, **futuro já**. Isto é, se queremos construir um determinado futuro comecemos logo.

A modernização da economia brasileira processou-se nos últimos anos acarretando entre outras transformações a urbanização do País. Grandes investimentos foram feitos em infra-estrutura visando a integração nacional e o desenvolvimento industrial. Consolidaram-se ou formaram-se grandes centros urbanos. A ufania nacional embalada pela ideologia do crescimento fazia a apologia da grande cidade. Os fortalezenses orgulhavam-se de ver sua

cidade entre os centros mais populosos do Brasil, e os paulistas criavam para sua capital uma nova divisa. São Paulo não pode parar! Era o grito que ecoava País afora como uma convocação geral ao crescimento. A falta de uma política de desenvolvimento urbano aplicada ao conjunto de cidades, e a cada uma de per si, a escassez de investimentos em serviços públicos, e o crescimento populacional imoderado em decorrência do êxodo rural foram os elementos negativos da urbanização brasileira. A recessão econômica, e o conseqüente aumento do nível de desemprego, aliada a uma política agrícola que expulsou o rurícola em direção à cidade fizeram o resto. Fortaleza, situada na região mais nordestina do Nordeste, sofreu muito mais. Epicentro de uma economia paupérrima, fã irresistível, porque única esperança de salvação para populações flageladas pela seca que abandonavam o interior, entumescceu de gente e de problemas. Jaime Lerner disse que a cidade é o cenário do encontro. Ali cruzam-se pessoas e esperanças, comunidades e sonhos. Realizam-se projetos e frustram-se aspirações. Ela atrai e retém. A volta ao campo é sortida de fim de semana, ou plano para depois de aposentadoria que nunca chega.

Os que visitam Fortaleza elogiam-na e se dizem cativados por ela. Falam com sinceridade que está além de simples cortesia de turista educado. Temos um povo acolhedor e generoso, e uma geografia que define nossa vocação turística. A dimensão da cidade favorece as coisas. No entanto estamos condenados a um crescimento sem fim que nos retira vantagens indiscutíveis. Se olharmos para trás vamos constatar que Fortaleza como de resto as demais cidades brasileiras foram até o término da Segunda Guerra Mundial núcleos urbanos homogêneos. Não havia a disparidade de hoje. Os serviços urbanos e a moradia estavam disponíveis para todos. A organização espacial era mais harmônica, e os deslocamentos para o trabalho não se constituíam no suplício de hoje. A explosão populacional e a falta de uma política urbana adequada levaram à deterioração da vida nas grandes cidades. Em Fortaleza há várias cidades. Há áreas onde os serviços funcionam razoavelmente, as ruas são pavimentadas, e os residentes sentem a presença do poder público. Existem regiões, onde a maior parcela da população, sem água potável e energia elétrica, mora em favelas miseráveis, desempregada e faminta. É uma franja humana aterradora, pendurada com sua tragédia na periferia da cidade grande. Há por assim dizer uma cidade formal, governada, atendida em suas necessidades básicas, e uma outra muito ampla, esquecida, entregue a sua própria sorte, regida por códigos e valores próprios, autônoma em sua miséria. Preocupa saber que esta tendência tem se acentuado nos últimos anos e se não for revertida poderá inviabilizar Fortaleza como cidade agradável para nela se morar e trabalhar.

Olhar para trás não significa querer restaurar hoje a Fortaleza bucólica de décadas passadas. Mas, a inspiração do passado deve nos ajudar a não perder de vista a escala humana das cidades. Pequenas ou grandes, destinam-se ao homem, e nelas sua voz deve ressoar, como um apelo à solidariedade e à vida em comum. A crença de que tudo se resume a uma corrida entre demanda e oferta, isto é, entre aporte de recursos e solução de problemas, não encontra

apoio na realidade. Quer dizer, injetar mais dinheiro nas cidades não significa necessariamente fazer a felicidade de seus habitantes. Auto-pistas e viadutos multiplicaram-se país afora, alterando o aspecto físico das cidades em detrimento de pequenas soluções locais reclamadas pela imensa maioria de seus habitantes e ignoradas pelos que detinham o poder decisório. A vida do homem urbano gira em torno do bairro onde mora. O quarteirão onde está sua casa, a pracinha que costuma frequentar, o botequim da esquina onde encontra os amigos são elementos cotidianos muito fortes desconsiderados por planejadores afeitos às soluções grandiosas.

A dependência financeira em que temos vivido nos últimos anos, decorrente da centralização da economia, e das finanças, nas mãos da União, tiraram muito de nossa capacidade de iniciativa que precisa ser retomada imediatamente. Temos que voltar a decidir sem esperar que as soluções venham de fora.

A Nova República, que começamos a viver, apoia-se em duas palavras-chaves: descentralização e participação. Esperamos que sejam mais que um "slogan", permitam mais autonomia local, maior disponibilidade de recursos, e uma visão nova do futuro para as cidades brasileiras. A criação do Ministério do Desenvolvimento Urbano é um indício dessas intenções. O futuro há de confirmá-las, ou não. Sem pessimismo, mas com senso prático, começemos agora a construir a Fortaleza do ano 2000. Futuro já, é a palavra de ordem.

FRENTE LIBERAL: doutrina e ação

O Instituto Tancredo Neves é uma sociedade civil, sem fins lucrativos, organizada com o objetivo de realizar estudos econômicos, sociais e políticos, visando o melhor conhecimento e difusão do pensamento liberal no Brasil. A natureza de suas finalidades vincula-o ao Partido da Frente Liberal no esforço que com ele desenvolve para dar-lhe consistência doutrinária indispensável à sua afirmação como grêmio político sintonizado com o momento atual e as expectativas da sociedade brasileira, voltadas para a construção de um novo País. Coube a mim, e aos companheiros Cláudio Lembo e Francelino Pereira, a tarefa de organizá-lo e integrar sua primeira diretoria. Mesmo consideradas as dificuldades iniciais, próprias de uma organização do gênero, temos procurado de todos os modos dar fiel cumprimento à missão que recebemos das maiores lideranças de nosso partido. Assim é que temos realizado com êxito, seminários e simpósios em vários Estados, valendo destacar o de dezembro último que teve lugar em São Paulo sob a denominação “Liberalismo e Constituinte”, que alcançou grande repercussão junto à imprensa nacional e a comunidade paulistana. Destaque-se também a publicação dos “Cadernos Liberais”, já no décimo número, que tem divulgado trabalhos de excelente qualidade sobre temas ligados ao liberalismo, com ênfase nas peculiaridades brasileiras. Com efeito, a cada momento mais se afirma em nosso espírito a sensação de atualidade das idéias liberais, apropriadas à realidade brasileira, na medida em que o liberalismo social responde a um só tempo à preocupação com os eternos valores da liberdade, dos direitos humanos, das garantias individuais, e da livre iniciativa, e alarga-os de maneira pragmática estendendo-os aos chamados direitos sociais, saúde, educação, emprego, habitação e outros, infelizmente ainda inacessíveis a muitos brasileiros. A idéia generosa do liberalismo está impregnada na sociedade brasileira desde seus pródomos e despontou nas atitudes de ilustres figuras de nosso passado em momentos gloriosos da vida nacional como o foram entre outros a indepen-

dência, a abolição da Escravatura e a Proclamação da República.

O liberalismo de nossos dias é a própria democracia, que ele ajuda a construir com a abrangência de seu imperecível conteúdo adaptado às exigências de uma sociedade moderna. Para não fugirmos ao imperativo democrático, que está na essência do pensamento liberal, e se encontra em fase de consolidação no Brasil, é que o Partido da Frente Liberal e o Instituto Tancredo Neves decidiram pioneiramente realizar estudos para oferecer contribuições à elaboração da nova Constituição a ser escrita e promulgada pela Assembléia Nacional Constituinte que se reunirá em 1987. Não se trata apenas de fazer uma nova Constituição para o País, o que por si só é extremamente relevante, mas também de reconstruir todo o arcabouço jurídico que dela decorrerá. Espero que em breve estes estudos estejam concluídos para serem submetidos a amplos debates no âmbito interno do partido e junto a toda a sociedade. A necessidade de fazer constar na próxima Carta Magna do País esses valores que defenderemos com entusiasmo e convicção levam-nos à certeza de que todos irão colaborar nesta tarefa. A necessidade de conferir unidade doutrinária ao partido e transmití-la ao povo em linguagem clara que guarde coerência com as linhas mestras do programa partidário determinou a conveniência de se redigir uma “Carta Compromisso”, capaz de sintetizar os ideais do partido, a ser subscrita por seus adeptos, particularmente os que irão disputar as próximas eleições de 15 de novembro deste ano, de modo especial os candidatos à Assembléia Nacional Constituinte. Cuida-se deste modo de aliar a teoria à prática partidária conferindo base sólida, de cunho doutrinário, aos discursos de nossos candidatos durante a campanha. Doutrina e ação associados, farão a grandeza do partido da Frente Liberal sensibilizando e conquistando eleitores que garantam a vitória do Partido e por conseqüência a consagração dos princípios que desejamos inserir na Nova Constituição, bem assim a renovação dos costumes políticos que pregamos como razão de ser da rebeldia que nos originou como agremiação partidária. O anteprojeto ora submetido à consideração dos membros do partido, em todas as instâncias, representa o resultado de um trabalho que tem suas origens no “Compromisso com a Nação”, que marcou a criação da Aliança Democrática, responsável pela eleição de Tancredo Neves e José Sarney, no programa do Partido da Frente Liberal, e nos estudos desenvolvidos pelo Instituto Tancredo Neves. Trata-se de documento simples e desprezioso. Não é um projeto de Constituição. É isso sim, uma carta de princípios que queremos constem da nova Lei Magna do País, a “Constituição da Nova República”. Por eles nos bateremos, pois os julgamos fundamentais para a sobrevivência do regime democrático, a garantia da soberania nacional, a preservação da filosofia liberal, e a conquista da justiça social, como é vontade da imensa maioria dos brasileiros.

Sugestões e críticas são esperadas como manifestações de indispensável participação. A versão definitiva será submetida à Convenção Nacional do próximo dia 20 que terá como atribuição fundamental a eleição do Diretório Nacional e a aprovação do programa do partido.

Ao nosso Presidente de Honra, ministro Aureliano Chaves, ao presidente Guilherme Palmeira, e demais membros da Comissão Executiva Nacional, aos ministros Marco Maciel e Jorge Bornhausen, ex-presidentes do Partido, o agradecimento pelo apoio e confiança que deles temos recebido em todos os instantes. Aos que colaboraram diretamente na feitura deste e de outros trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Tancredo Neves o penhor da nossa gratidão.

ENTRAVES AO PACTO

Decidida com inimaginável antecipação a vitória de Tancredo Neves, as preocupações da imprensa e da opinião pública se concentram sobre a escolha dos auxiliares do futuro governo e seus rumos administrativos. Há uma expectativa geral sobre as soluções a serem dadas pelo novo Presidente às graves questões que perturbam o País e intranquilizam a sociedade. Expectativa tanto maior por ser evidente a diversidade reinante no conjunto de forças que apóiam e viabilizaram o triunfo do candidato, e que pertencem a correntes ideológicas e políticas de diferentes matizes. A coalizão estabelecida exprimiu um anseio nacional e foi bastante para garantir a eleição do candidato. Espera-se que seja também capaz de dar-lhe as condições para governar em harmonia com as esperanças de milhões de brasileiros que inflaram sua candidatura nas ruas e praças de todo País. Há os que se detêm na busca de indícios capazes de anunciarem com antecedência a preponderância de determinada corrente ideológica no programa a ser cumprido pelo futuro governo. Espera-se de Tancredo Neves na chefia do governo o mesmo êxito que obteve no trabalho paciente e hábil de consolidação de sua candidatura. Há um anseio geral por mudanças. Entre os Tancredistas todos querem mudar, mas, alguns, nem tanto... De qualquer maneira firma-se no espírito de todos a convicção de que a próxima administração não vai poder obrar milagres nem se libertar prontamente de certos constrangimentos externos que tolgem a ação governamental e podem eternizar a infelicidade de ampla parcela de nossa população submetida a condições vis de sobrevivência. Falo, de modo genérico, da injustiça da ordem econômica internacional, algoz implacável dos povos pobres que superlotam o terceiro mundo.

Consciente dessas limitações a serem vencidas é que Tancredo Neves vem pregando repetidamente a necessidade de que lhe seja concedida uma trégua por um período de tempo suficiente para a colheita dos primeiros resultados do seu programa de Governo. Um governo civil que inaugura o processo de redemocratização do País certamente incita uma maré de reivindicações, antes reprimidas pelo dique do autoritarismo e agora amplificadas pela liberdade

de imprensa de que estamos gozando. O que o futuro Presidente deseja evitar com a trégua, ou pacto social, é o surgimento em cadeia de solicitações inatendíveis, resumidas naquilo que ele próprio chamou de "greivismo compulsivo". A delicadeza da transição política não permite que surja uma oposição cerrada e precipitada deflagrada por partidos políticos e pela sociedade civil. O receio é de que o aqodamento oposicionista desestabilize o novo governo no seu nascedouro e comprometa o grande projeto nacional de consolidação das instituições e concretização do ideal de grandeza do País e bem estar de seu povo. A obtenção de tal compromisso por parte das forças envolvidas no problema não parece fácil. O exemplo espanhol constantemente invocado em apoio à tese serve apenas para confirmar a impressão de que é impossível transplantar-se com sucesso experiências alheias. O pacto de Moncloa tem, é verdade, o mérito de nos mostrar que é possível o entendimento entre as diversas classes sociais quando se configura uma situação de emergência nacional. A Espanha dava adeus à décadas de fascismo. O Brasil de liberta pacificamente de um ciclo de governos autoritários. A transição é inegavelmente um momento delicado e cheio de riscos. A emergência está bem caracterizada em um e no outro caso. Patriotismo há, lá como cá. O que nos falta então para a realização do pacto, tido como imprescindível para fazermos face aos duros anos que teremos pela frente?

Penso que, antes de tudo, o governo tem que recobrar a confiança da sociedade. Um esforço do tipo do que estamos a necessitar não se faz com autoridades desacreditadas e sem o respeito recíproco entre governantes e governados. Experiências negativas do atual governo contribuíram para abalar a confiança popular. "Pactos" acertados em gabinetes ministeriais frustraram esperanças quanto ao tabelamento dos juros bancários e a contenção dos preços de alimentos essenciais. A compressão dos salários produziu males sociais, mas não deteve a inflação, propósito em nome do qual foi aplicada com todo rigor. Não posso julgar o mérito técnico da medida, mas sua improdutividade bastou para deixar os trabalhadores ressabiados. Embora imprecisa, a proposta do pacto traz nas entrelinhas a idéia de se exigir dos assalariados novos sacrifícios, ainda que Tancredo Neves negue esta intenção com veemência. Daí a desconfiança dos trabalhadores em relação à proposta que começa a tomar forma. Para eles chegou a vez do governo e dos empresários cederem. Os trabalhadores já não têm como se privar de nada. Na tentativa que o governo fez para ajustar a economia os que escaparam de perder seus empregos tiveram seus salários reduzidos em termos reais. Para os empregados chegou a hora de cortar em outras carnes.

A situação torna-se tanto mais difícil se considerado o fato de que um entendimento do porte do que se pretende obter depende fundamentalmente da existência de interlocutores legitimamente constituídos. Os riscos a serem assumidos exigem como fiadores lideranças incontrastáveis. A sindicalização, que medrou à sombra do poder atrofiou lideranças e converteu os sindicatos em associações voltadas prioritariamente para o lazer e as atividades de cu-

nho social com evidente marginalização das iniciativas políticas. A dependência que os sindicatos mantêm em relação ao governo retirou das lideranças trabalhistas oficiais boa parte da força para travarem diálogos decisivos. Empregados e empregadores, uns e outros, estão desprovidos de interlocutores capazes de promover com êxito negociação de tamanho vulto. Resta apenas o governo como único parceiro forte com assento à mesa de negociações. Tal desequilíbrio de forças produz desconfiança junto aos trabalhadores temerosos de que este mais uma vez imponha políticas econômicas contrárias aos seus interesses, como de hábito tem acontecido. A tranquilidade e o progresso social só virão com a execução de reformas profundas. Os entusiastas da ordem, da disciplina e da segurança, a qualquer preço, certamente receiam o futuro próximo. Temem turbulências e desassossego, nas cidades e no campo. Empresas e empresários precisam rever posições. Devem se dar conta da necessidade de promover e assimilar transformações sociais abrindo-se para o mundo a fim de melhor distribuir os frutos do desenvolvimento. A paz social, permanente, e não precária, real, e não fictícia, que devemos perseguir somente será alcançada através de um pacto solidário firmado entre as diferentes classes sociais sob a égide do governo. Pacto não é rendição, o que elimina de antemão a hipótese de alguém servir-se do espírito de transigência de outrem para usurpar-lhe direito incontestável. Espero que ninguém esteja contando render os trabalhadores para manter privilégios intoleráveis. A sociedade brasileira amadureceu bastante nos últimos anos para rejeitar comportamentos assim. A concretização do pacto social poderá ser o prenúncio da nova república, anunciada com entusiasmo pelo próximo Presidente em novembro do ano passado.

SINAL VERMELHO

Há poucos dias o sociólogo Hélio Jaguaribe subia a rampa do Palácio do Planalto para encontrar-se com o Presidente José Sarney e fazer a entrega do estudo que preparara junto com outros técnicos sobre os problemas sociais que o Brasil enfrenta. A miséria, a fome, o desemprego, as graves deficiências dos sistemas de educação e saúde, tudo foi exposto com cruzeza, mostrando que se conseguimos ser a oitava economia do mundo nos igualamos aos mais pobres quanto às condições de vida da grande maioria da nossa população. A revelação terá servido para sacudir as nossas consciências e despertar a sensibilidade dos homens públicos. Foi um soco no orgulho nacional. Em função dos dados obtidos o governo anuncia a adoção de medidas, e a preparação de projetos, para modificar a situação até o ano 2.000 mediante a inversão substancial de recursos nos setores sociais e a colocação em prática de uma política capaz de melhorar a distribuição da renda entre as pessoas. O desenvolvimento econômico dos últimos anos não se fez acompanhar do indispensável desenvolvimento social. Tal desequilíbrio tem seu preço. Se já o vínhamos pagando silenciosamente eis que agora o fazemos ruidosamente. Alarmado, o povo assiste o resultado da deterioração das condições de saúde ocorrida no passado. Anos de criminoso abandono do setor saúde, de indigência de verbas, de descoordenação institucional, de descontinuidade administrativa e programática, atingiram-no gravemente levando o País a conviver hoje com situações que pareciam definitivamente afastadas de nosso meio. Alguém há de dizer que temos hospitais modernamente equipados e profissionais que se situam entre os melhores do mundo utilizando técnicas e aparelhos atualizadíssimos. É verdade. E este paradoxo é que nos humilha e constrange. Ver convivendo lado a lado a miséria e o atraso, com o progresso e a eficiência.

O País assiste entre perplexo e apreensivo novos surtos de velhas doenças. O mosquito "Aedes aegypti" infesta os centros urbanos e desencadeia na Baixada Fluminense uma epidemia de dengue, arbovirose da qual é transmissor. Calcula-se que cerca de um milhão de pessoas serão atingidas pela doença. O fantasma da febre amarela paira sobre o Rio de Janeiro e a lembrança da

cidade pestilenta e insalubre que Oswaldo Cruz saneou volta à nossa memória. A malária alarga suas fronteiras e invade sem cerimônia lugares nobres como o Guarujá, reduto da burguesia paulista. Outras endemias, como a leishmaniose, a esquistossomose e a doença de Chagas, se alastram pelo País sem encontrar resistência. A poliomielite, que parecia varrida do Brasil em decorrência de vitoriosas campanhas de imunização empreendidas no passado, ressurgiu fazendo novas vítimas. A falta de seriedade e persistência na execução da política de saúde deu nisso. O cientista Albert Sabin, descobridor da vacina oral contra a poliomielite, ligado ao Brasil por laços afetivos e familiares, deve estar penalizado com essas notícias que nos envergonham pois denotam incapacidade nossa para obter mais ganhos definitivos na luta contra essas doenças. Há um grave retrocesso nos padrões de saúde de nosso povo. Chegou-se a isso através de um processo lento, mas contínuo, de degradação das instituições de saúde. Infelizmente os problemas sanitários não comovem, não atraem os políticos, administradores, e a própria imprensa. Enquanto se sofre, e morre, devagar, e aos poucos, nos cortiços das grandes cidades, ou nos fundos dos sertões e das matas, nada se passa, ninguém se comove. A doutrina da segurança nacional, levada ao exagero, ocultou quanto pôde a epidemia de meningite que assolou o País há alguns anos. Apenas as catástrofes sanitárias têm o dom de fazer o governo mover-se. A emoção e o clamor público desencadeiam a ação governamental que cedo esmorece. Os avanços e recuos que se constataam no setor fazem com que os indicadores sanitários permaneçam estabilizados em patamares desfavoráveis. O pior é que tudo isso acontece em uma área do conhecimento humano que domina as técnicas e procedimentos de controle das doenças há anos. O que nos falta é vontade política e determinação para enfrentar vitoriosamente o problema. Temos tradição nessas questões. Há cientistas nacionais no passado e no presente que honram o País e têm renome internacional. A obra dos ilustres antepassados desmorona por incapacidade nossa. O País, para ficar em um só exemplo, sofre a falta de soro antiofídico cuja consequência é um grande número de vítimas fatais picadas por cobras venenosas. Em Brasília, a capital da República, uma criança, depois de ter a perna amputada, terminou morrendo por falta do soro sem ter tempo para usar a perna mecânica que o governador da cidade prometera num rasgo de demagogia... Antes tivesse provido de soro os hospitais da capital federal! E pensar que foi um brasileiro, Vital Brasil, o primeiro a fabricar em meio a grandes dificuldades o soro antiofídico que hoje, apesar da moderna tecnologia, escasseia entre nós.

Os mata-mosquitos estão de volta. Percorrem as ruas das nossas cidades com suas roupas pardas, fumigadores às costas, investigando com a lanterna na mão os potes e as coleções de água dos quintais a procura das larvas dos mosquitos. A bandeira amarela fixada nas portas das residências dói mais que uma recordação nostálgica da infância distante. É a evidência triste de que tantos anos depois o povo ainda sofre e padece de doenças que não fazem sentido no mundo de hoje amparado pela ciência e a técnica.

PRÓCERES MINEIROS. A PROPÓSITO DE CAPANEMA

Qualquer pessoa razoavelmente informada sobre a política brasileira dos últimos cinquenta anos tem pelo menos uma noção da importância que tiveram na vida pública do País os mineiros que se projetaram no cenário político nacional nele se mantendo em posições de realce durante décadas. A partir da Revolução de 30, jovens políticos mineiros ganharam destaque e transpuseram as montanhas da sua terra para instalarem-se na capital federal e ganhar posições de destaque na política brasileira. Sobreviveram ao fim do Estado Novo e se agruparam nas novas agremiações políticas que se organizaram com a redemocratização do País. Enquanto uns colaboraram até o fim com regime getulista, alguns contribuíram para sua queda, entre outras formas subscrevendo o protesto contra a ditadura que ficou conhecido como “Manifesto dos Mineiros”. Aqueles se abrigaram no antigo Partido Social Democrático, o PSD que conservou ligações com Getúlio Vargas e praticamente governou o país até a eclosão do movimento armado de 1964. Os últimos, encarnaram a idéia liberal, propagada com entusiasmo em contraposição aos recentes anos amargos da ditadura, e se reuniram sob a legenda da UDN, União Democrática Nacional. Essa, cansada das sucessivas derrotas eleitorais renunciou aos ideais de liberdade e entregou-se aos quartéis para empalmar o poder. Um desses homens também desapareceu recentemente. Foi Bilac Pinto, integrante da banda de música da UDN na Câmara dos Deputados e um dos ideólogos civis da revolução de março de 1964. Mas foram os pessedistas mineiros que atingiram maior expressão e relevo no quadro político do País. É deles que vamos falar um pouco. Sua forma de atuação política caracterizou um estilo próprio que se expressava por atitudes de prudência, sobriedade, vocação para o poder, astúcia política, instinto de sobrevivência e honestidade pessoal. Foram também conciliadores e transigentes. A morte os absolveu das acusações de improbidade feitas em algumas ocasiões. Espólios modestos desmentiram imputações de enriquecimento ilícito. Despreocupados com o brilho pessoal

passaram por incultos, mas ganharam nome como pessoas de espírito, responsáveis por algumas passagens de agudas críticas e fino humor da nossa história política. Vencidos pelo tempo foram sendo afastados da militância política, mas a transição do regime autoritário em que vivíamos, para a democracia que pretendemos foi em grande parte obra de um deles, Tancredo Neves. O imprevisto levou-o, às vésperas de sua chegada ao poder. Espera-se que sua proposta política se desenvolva sob a liderança de seu sucessor. Outro nome desse naipe de grandes políticos há pouco falecido, foi Gustavo Capanema. A fatalidade nos tirou em poucos dias personalidades de Minas Gerais cujas vidas estiveram entrelaçadas e envolvidas em importantes acontecimentos políticos nacionais.

Capanema foi no depoimento dos que falaram sobre ele um intelectual apaixonado pela política. Culto, ingressou na política pela mão de Olegário Maciel, de quem foi secretário em Minas Gerais, e a quem sucedeu em curta interinidade no governo de Minas após sua morte. A nomeação de Benedito Valadares para o cargo foi uma hábil manobra de Vargas para contornar dificuldades na política estadual, o que deu à Capanema um prêmio de consolação, o Ministério da Educação e Saúde. Lá ficou por mais de 10 anos e este foi o cargo que marcou decisivamente sua passagem pela vida pública, mais que os mandatos de Deputado Federal e Senador da República. À frente daquele ministério consagrou-se como um incentivador da cultura nacional. Recrutou intelectuais para colaborar consigo tendo contado entre outros com Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Rodrigo de Melo Franco. Chamou Le Corbusier, Niemeyer, Portinari, Bruno Giorgi, e mandou construir o Palácio da Cultura, sede do Ministério da Educação, marco da moderna arquitetura brasileira. Semente da Pampulha, e da epopéia de Brasília, realizações do conterrâneo Juscelino. Criou o "Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional", SPHAN, e malgrado suas ligações com representantes do conservadorismo e da direita passou à história como uma figura notável da vida cultural e política brasileira. Às influências de Francisco Campos, e de importantes expressões conservadoras da Igreja Católica, Alceu Amoroso Lima, Pe. Leonel França, e o próprio Cardeal D. Sebastião Leme, se contrapunham as propostas reformistas de Anísio Teixeira, e Lourenço Filho, pais da "Nova Escola". Inspirações fascistas bloquearam reformas e projetos de Capanema pois o regime a que servia apostava na Educação como instrumento para amoldar os cérebros dos jovens à idéia totalitária. Uma revisão crítica de seu desempenho ministerial está no livro recém-lançado, "Tempo de Capanema", escrito por Simon Schwartzman, e outros cientistas políticos, a partir do arquivo pessoal do grande homem público.

A morte de Gustavo Capanema deu margem à publicação de vários artigos nos principais jornais brasileiros, todos louvando sua atuação política, sua cultura, probidade pessoal, e fidelidade aos amigos. Mas um houve, escrito pelo renomado colunista político Carlos Castelo Branco, que, sem embargo das louvações merecidas, expôs a face menor, compreensível, embora mesqui-

nha, de seu elevado espírito. O lado cruel dos políticos não é privilégio dos profissionais de campanário. Existe, mesmo encoberto, entre os mais superiores. Expõe-no às frustrações experimentadas ao longo da atividade política. Dizemos atividade, e não carreira, pois naquela não há promoções certas, e não se galgam automaticamente postos superiores, como ocorre nesta última. Tropeços, manobras, e fatos, podem nos tirar o que temos como certo em decorrência de méritos de que nos julgamos possuidores. Capanema quis ser Governador de Minas, e Presidente da República, posições que nunca alcançou apesar das qualidades de pessoa que o distinguiam. Preso de amargura e frustrações terá se permitido fazer as observações registradas por Carlos Castelo Branco sobre José Maria Alkmin (que considerou o pior homem do mundo), e Juscelino de quem dizia não poder chegar à Presidência da República pois não tinha consciência da função. Tudo que poderia ser era Prefeito, o maior Prefeito do Brasil! Os dois episódios mostram que em política não é raro que os maiores adversários sejam membros do mesmo partido.

Não sei se Capanema pensava em si mesmo, no que fez, sem haver chegado onde desejou, e no companheiro de geração, e de partido, Juscelino, quando escreveu em seu livro "Pensamentos": existem personalidades maiores do que as próprias obras. Por outro lado existem homens de segunda ordem que realizam obras grandiosas.

DIREITO À SAÚDE: CIDADANIA E ESTADO

Remonta ao período do reinado da Rainha Vitória, na Inglaterra, por volta de 1848, o marco inicial da saúde pública moderna, quando pela primeira vez na história da humanidade, “a saúde do povo era integralmente reconhecida como importante função administrativa de governo”. (1)

De fato, o problema de controle das doenças contagiosas e das epidemias na sociedade industrial nascente, impunha soluções eficazes no sentido de proteger a população trabalhadora, de modo a que se evitasse grandes baixas humanas com as quais a produção industrial seria inevitavelmente afetada pela conseqüente escassez de mão-de-obra. Este era um problema que não podia deixar os governos indiferentes, especialmente o da Inglaterra, razão porque coube a este país liderar as medidas de equacionamento da saúde pública de então.

Foram criadas nessa época, comissões para investigar as condições de saúde dos trabalhadores, ao mesmo tempo em que o próprio povo reivindicava melhor assistência médica e hospitalar, não se contentando apenas com a limitada assistência prestada pelas Santas Casas e Hospitais de Caridade, mantidos por instituições religiosas, sem apoio governamental.

O resultado destas investigações levou à criação do Conselho da Saúde do Reino Unido, órgão que seria encarregado de propor a política de Saúde Pública para a Inglaterra e dispor sobre a organização da assistência médica e hospitalar para o povo.

Vale ressaltar que, embora reconhecendo ao cidadão o direito à proteção do Estado nos assuntos de saúde, dentre outras, a ação do governo, neste campo específico, estava imbuída mais de razões econômicas, pois o indivíduo “são” era visto como essencial à economia industrial em formação.

(1) RODRIGUES, Bichat de Almeida — Fundamentos de Administração Sanitária, 2ª edição, São Paulo, 1979. Pág. 14.

A saúde pública nasceu assim, impregnada pela ideologia da sociedade industrial emergente, preocupada com as medidas de reposição da força de trabalho dos centros urbanos.

Praticamente pelas mesmas razões, iniciou-se nos Estados Unidos, por volta de 1850, a administração oficial em saúde como resultado do relatório da comissão de saúde de Massachussets.

Os governantes americanos reconheciam cada vez mais a necessidade da atuação do Estado neste campo, como retrata a proclamação feita por Franklin Delano Roosevelt, a respeito do assunto: “Em última análise, o sucesso ou o fracasso de um governo será medido pelo Bem-Estar de seus cidadãos. O mais importante para um Estado deve ser sua saúde pública. Seu supremo interesse a saúde do povo”. (2)

Reconhecia-se cada vez mais a necessidade e a obrigação do Estado Americano em proporcionar aos cidadãos, condições de uma vida condigna, incluindo aí os direitos fundamentais do homem à liberdade, à vida e ao progresso individual e social. Tais direitos seriam posteriormente enfeixados no termo “Bem-Estar Social”, que predominou na política americana do pós-guerra. Este termo foi, aliás, exportado dos Estados Unidos para outros países, especialmente os países do Terceiro Mundo, que viram surgir em suas políticas internas, amplos programas de Bem-Estar Social, incluindo ações ligadas ao trabalho, à educação, à saúde e ao lazer.

O desenvolvimento industrial deste e de outros países ocidentais, exigiu providências eficazes dos governos no campo social, seja na educação, através da melhoria do nível de instrução do povo e da formação profissional, seja no campo da saúde, onde já se vinha comprovando as repercussões econômicas das doenças, especialmente o absentefsmó dos trabalhadores e a incapacitação para o trabalho temporária ou definitiva. Assim, a qualificação e a higidez do trabalhador tornaram-se objetivos supremos das políticas sociais do governo americano.

O Estado Americano, neste caso, cumpria sua função de guardião do interesse geral de sua população. Por mais estranho que possa parecer, a Constituição Americana ainda hoje não traz nenhum artigo sobre a obrigação do Estado no campo da saúde, pois ela foi promulgada bem antes da necessidade do governo intervir neste setor. Tudo o que se fez neste campo, aliás, fundamentou-se na expressão “General Welfare”, constante do preâmbulo e da seção 8 de sua Constituição. (3)

A ideologia capitalista de reposição das condições materiais de existência dos trabalhadores, impregnou toda a política das potências ocidentais no campo da saúde.

(2) RODRIGUES, Bichat de Almeida – Fundamentos de Administração Sanitária, 2ª edição, São Paulo, 1979. Pág. 14.

(3) Idem.

Assim, na realidade de uma sociedade capitalista, o que parece ser de interesse geral é, muitas vezes, a forma como os interesses da parte dominante da sociedade ganham a aparência de interesses de toda a sociedade.

O homem, no mundo capitalista, é primordialmente um produtor, sendo, por esta razão, o sistema de saúde organizado para a conservação e a recuperação dos corpos, entendendo-se neste caso, como a “conservação” e a “recuperação” de sua capacidade de produzir.

Os programas de saúde e previdência social são primordiais para a população ativa, pois eles garantem a continuidade da força produtiva.

Epidemias, desnutrição, ausência de saneamento, são “problemas sociais” que impedem o desenvolvimento econômico, porque ameaçam a conservação da força de trabalho. O controle destas situações foi uma exigência da classe dominante sobre o Estado, desde os tempos da Revolução Industrial na Inglaterra.

“Da identificação histórica da saúde com a contenção da doença resultou uma crescente atribuição da solução do problema da saúde ao Estado. As instituições que se encarregam da saúde coletiva - doenças da população - daí por diante, tenderão a ser progressivamente públicas, estatais. Na sociedade brasileira, tais Instituições serão, desde o final do Império, cada vez mais centralizadas no Estado Nacional”. (4)

A fase inicial do processo de industrialização do Brasil, no alvorecer da República, é marcada por intensos movimentos políticos e sociais e por uma significativa mudança na vida das cidades, principalmente São Paulo e Rio. Nestas cidades, acentua-se a presença de uma força urbana de trabalho e a crescente proliferação de favelas, cortiços e vilas operárias. Vão surgir problemas semelhantes que o novo modo de produção provoca, relacionados com a saúde da população operária, assim como passarão a ter destaque no discurso médico, as doenças de massa tais como verminoses, tuberculose, boubá, lepra, doença de chagas, desnutrição, cedendo lugar progressivamente, à preocupação médica com as doenças pestilenciais, como a varíola, a peste bubônica, a febre amarela. etc...

Mas o advento da República, com um incipiente desenvolvimento industrial, não produziu de logo mudanças profundas na organização sanitária brasileira herdada do Império.

De 1824 até 1921, a presença do Estado no campo da saúde pública brasileira era pouco expressiva, limitando-se a alguns serviços nacionais, sensível de Diretorias e Departamentos.

A partir de 1930, cria-se no Brasil o Ministério da Educação e Saúde, reformando-se e ampliando-se as organizações sanitárias do País.

(4) LUZ, Madel T. — As Instituições Médicas no Brasil: instituição e estrat. de hegemonia. Rio, Edições Geral 1979. Pág. 55.

20 A presença do Estado no setor torna-se, a partir daí definitivamente forte, reguladora e coercitiva.

O novo Ministério construirá seus esforços no combate às endemias rurais. (pois o País era ainda predominantemente agrícola), na proteção da maternidade e da infância.

As instituições de saúde no Brasil vão se tornando cada vez mais “aparelhos” de Estado, tentando, segundo Madel Luz, mostrar dupla resposta: a) respostas às reivindicações dos movimentos sociais da década de 20 e b) resposta de um sistema de poder que tentará a realização de um processo de industrialização da sociedade brasileira, com um mínimo de transformações sociais que impliquem em repartição da riqueza ou das decisões.

Posteriormente (1953) o Ministério da Educação e da Saúde dividiu-se. Desde então, esse Ministério vem sofrendo sucessivas alterações à medida em que o Estado aprimora os modos e os meios de intervenção no setor.

Presentemente, o setor saúde forma um amplo Sistema Nacional de Saúde, tendo na cabeça do Sistema o próprio Ministério da Saúde, cujas funções foram bem ampliadas. Compete ao Ministério: a avaliação da situação de saúde da população, a elaboração da política e dos planos, programas e projetos de saúde, a ação coordenadora do SNS, a ação normativa, de controle e ação complementar.

Ainda que o espírito do SNS seja de integrar ações, atividades e órgãos de saúde, nota-se a tendência do Governo em desenvolver uma ação dicotômica na área de saúde, com ações voltadas para a saúde individual (no âmbito da Previdência e Assistência Social, especialmente dirigida à força de trabalho) e ações de saúde de alcance coletivo, como o combate às doenças transmissíveis, vigilância epidemiológica, alimentação e nutrição, etc...

A proteção à saúde do trabalhador e de sua família é um direito explícito de nossa Constituição, conforme os artigos 8, 165, 175 e 179 da Carta Magna de 1969. Além dos artigos constitucionais citados outros diplomas legais complementam as obrigações do Estado para com o cidadão, tais como: Código Nacional de Saúde (Lei No. 2.312 de 03/09/1954), Sistema Nacional de Saúde (Lei No. 6229 de 17/07/75) e outras.

Hoje, no Brasil, a presença do Estado na área de Saúde é maciça, dela dependendo inclusive a sobrevivência da maior parte das entidades médicas particulares, através de convênios, subsídios e credenciamento.

Contraditoriamente, temos de desenvolver imensos esforços para democratizar o acesso da população, especialmente a de baixa-renda, aos serviços de saúde, para assegurarmos que no Brasil, o direito à saúde não passe de uma simples questão de retórica.

Este é um direito fundamental da pessoa, reconhecido universalmente na Declaração dos Direitos do Homem e na Declaração dos Direitos da Criança.

A HORA (DA MORTE) DA ESTRELA

Macabea! Estranho nome para uma nordestina do interior de Alagoas. Lembra mais uma figura de tragédia grega. Embora ela seja apenas uma das milhões de personagens anônimas, e apagadas, dos dramas desconhecidos que transcorrem permanentemente nas grandes cidades. Pois foi um desses dramas que virou livro nas mãos sensíveis de Clarice Lispector e transformou-se em filme graças à inteligência e determinação de Susana do Amaral, ambos sob o mesmo título, “A hora da estrela”. Foi o último livro de Clarice, inacabado, segundo ela, porque não dá respostas, mas deixa perguntas no ar. Para Susana foi a estréia em longa métragem, e para a desconhecida Marcélia Cartaxo, saída da distante Cajazeiras, à glória dos prêmios europeus. Com aspectos assim tão peculiares o filme foge às características tradicionais do “show business”, mesmo para os padrões brasileiros. Ainda assim, ou por isto mesmo, deu certo. Realizado com amor e fidelidade ao texto, respeitadas as adaptações indispensáveis, é na expressão da sua diretora decorrência de experiência por ela vivida em Nova Iorque, onde se sentiu um pouco Macabea. Tudo gira em torno da vida descolorida e miserável de uma moça nordestina, feia, e magra, que via o tempo escorrer diante de si sem o direito de ter esperança. Trabalhava, como tantas, nos fundos sombrios de um depósito de mercadorias, golpeando a máquina de escrever no mesmo ritmo lento em que soletrava as palavras que devia datilografar. Sem família, e sem raízes na cidade grande e hostil, a moça aprendeu a gostar de Coca-Cola e cachorro quente, mas sua adaptação aos hábitos urbanos não foi muito além disto. Isolada no meio de tanta gente, se comunicava com o mundo através do rádio. À noite, baixinho, para não acordar as companheiras de quarto, escuta a “Rádio Relógio Federal” que anuncia a hora a cada minuto e nos intervalos dá pequenas informações culturais, geralmente inúteis. A pobreza é feia e promíscua, diz o narrador do livro, isto é, Clarice. Assim é a vida de Macabea, que transcorre entre o trabalho e um quarto pobre e sujo dividido com outras côlegas. Pudica, não troca a roupa diante delas, mas a sensualidade reprimida manifesta-se durante as noites frias quando se torce no catre, e sonha, e se

enrosca, como se buscasse no seu próprio corpo calor para aquecer-se. Desajeitada e submissa pede desculpas por tudo e a todos. Só falta pedir desculpa por viver. Em busca de companhia tenta aproximar-se de alguém nas ruas e sorri sem graça quando pensa estar sendo observada. Um é cego, passa ao largo naturalmente indiferente, outro é um guarda do metrô que se dirige a ela para advertí-la de que não deve ultrapassar a faixa de segurança da plataforma da estação. Que tristeza, ela continua só! Só, aos domingos sobretudo, quando acorda mais cedo para não fazer nada. Anda sem rumo pelas ruas semidesertas do centro da cidade. As ruas despovoadas, a falta de vida e movimento, fazem das tardes de domingos instantes que convidam à melancolia e à depressão, sensações que desabam pesadamente sobre as almas desprotegidas dos imigrantes. São tão nitidamente depressivas essas tardes domingueiras, cheias de ócio, e cismas que inspiraram o título de um livro famoso do escritor português Fernando Namora, "Domingo à Tarde". Em uma dessas tardes Macabea encontrou Olímpico, nordestino como ela, posando para o lambe-lambe com seu sorriso de ouro e o cabelo liso besuntado de vaselina. Sonhando com a fortuna, pensando em um diploma de deputado. O metalúrgico, elite do operariado, teve em Macabea mais um estorvo que uma namorada. Suas certezas ignorantes esbarravam na ingenuidade tosca e involuntária da jovem. Lembrando o texto "O plebiscito", que figurava em nossas antigas seletas escolares Macabea a toda hora embaraçava Olímpico perguntando, o que é cultura? o que é mimetismo? ou dando informações sobre coisas tão díspares como a vida de Lewis Carroll, ou o alcance do vôo das moscas. Tudo engolido sob a forma de pílulas culturais regularmente fornecidas pela "Rádio Relógio Federal"... Conhecimentos acumulados, e não assimilados, como aliás ocorre com muita gente boa que anda por aí alardeando cultura e erudição. Olímpico observou as espertezas marginais de um certo modo de vida urbano. Praticava pequenos furtos, trapaceia, engana companheiros de trabalho, está possuído pela idéia do sucesso, incompreensível para a despreziosa Macabea. O diálogo entre os dois é penoso, feito de poucas palavras, muitas pausas, e nenhuma idéia. O forte sotaque nordestino da atriz fere o ambiente como uma manifestação de autenticidade em meio às falsas aparências da cidade e seus habitantes. Sua simples presença irrita Olímpico, e suas declarações constantes, para as quais não tem respostas, levam-no a desprezá-la e humilhá-la. Desgraciosa, e desleixada, sua aparência torna-se pior com o mau uso do batom e do esmalte escarlate sobre as unhas sujas e descuidadas. Assim, não há surpresa quando Olímpico troca Macabea por Glória, colega de trabalho, mulher, livre, experimentada, loura, descontráida, cansada de aventuras e à procura de casamento. Sem o namorado, e ameaçada de perder o emprego, Macabea não parece se dar conta da gravidade de sua situação. Na festa de aniversário da mãe da amiga deslumbra-se com as comemorações típicas da baixa classe média, e come muito, sofregamente, até adoecer. É esquisito como certas pessoas comem com sofreguidão, compulsivamente, como se a comida pudesse sumir do prato se não forem suficiente-

mente rápidas. Creio que o fato esteja associado a algum transtorno psicológico pois não são apenas pobres, ou famintos crônicos, que agem assim. Há alguma tempo em um vôo internacional me chamou a atenção um homem de boa aparência que se serviu da refeição com uma avidez quase obscena, limpando a bandeja rapidamente. Minha imaginação logo concebeu que se tratava de um judeu neurótico egresso de algum campo de concentração.

Em situação assim tão difícil nossa heroína é aconselhada a procurar uma vidente, dessas que existem por aí adivinhando o futuro e traçando destinos. Afinal quem resiste a uma olhadinha no futuro? Pois se um dia desses o jornal noticiou que uma madame argentina instalada em um dos hotéis mais luxuosos de São Paulo recebia clientes finos e cobrava seus serviços em dólares. A madame, antiga meretriz, deu-lhe cálida acolhida e previu-lhe um futuro cheio de sucesso e fortuna. Era um estrangeiro que iria mudar sua existência. Não importa que ela não conhecesse nenhum. Os fados cuidariam de tudo. Macabea saiu dali grávida de futuro, na expressão de Clarice Lispector, e sem medo de ter esperança. Ao mesmo tempo Olímpico, rejeitado por Glória, aguardava-a sentado no meio-fio agarrado a um enorme cachorro de pelúcia, triste, e ridículo, como o são os amantes e as cartas de amor, na conhecida expressão de Fernando Pessoa. O encontro marcado era outro. Esperava-a a eternidade libertadora. Colhida por um Mercedes seguiu o seu destino empurrada pela mão do estrangeiro. Morreu na contramão, como o pedreiro da música de Chico Buarque, não do trânsito, mas da vida. Libertou-se de uma dor incômoda, resistente às aspirinas que ingeria diariamente. A dor não era física, vinha da alma. Ela tinha vida interior e não sabia.

MUDA SUDENE

Há uma esperança generalizada de que o Brasil vai mudar no governo do antecipadamente vitorioso candidato Tancredo Neves. As dúvidas existentes dizem respeito à qualidade e à intensidade das mudanças. Neste sentido reina grande expectativa no seio da opinião pública. Espera-se, por exemplo, uma alteração profunda em relação à política do governo para o Nordeste. À eleição do Nordeste como prioridade nacional deverá corresponder uma ação governamental efetiva e intensa em favor da região. Sob qualquer ângulo que se examine a questão o Nordeste merece a prioridade anunciada pelo futuro presidente. Justificam-na a massa de problemas econômicas e sociais ali acumulados, bem como a decisiva atitude dos quadros políticos regionais cujo apoio corajoso decidiu antecipadamente a sucessão presidencial. Posicionadas oportunamente, as lideranças políticas da região estão a cavaleiro para exigir mudança substancial no tratamento dado àquela problemática área do País.

Guardo comigo a esperança de que entre as mudanças previstas para o próximo governo esteja a desconcentração do poder, e portanto das decisões, e dos recursos, para reverter a tendência centralizadora que caracterizou as últimas administrações federais. Colocar em prática esta decisão política significa fortalecer Estados, Municípios, e órgãos periféricos do governo federal, esvaziados em suas atribuições durante anos. É o caso da Sudene. A meu ver, dar prioridade ao Nordeste no programa do próximo governo significa em primeiro lugar revigorar a Sudene. Mudar, em relação a ela, consiste paradoxalmente em fazê-la reencontrar-se com seus começos para devolver-lhes as prerrogativas tiradas ao longo do tempo. A Sudene que queremos é aquela com a força política derivada da atuação vigilante dos governadores no seu plenário, é aquela cujos planos diretores tinham força de leis aprovadas pelo Congresso Nacional, e, que, funcionalmente, estava subordinada diretamente ao Presidente da República. O primado do planejamento nacional, manipulado em alguns poucos, poderosos, e agigantados órgãos centrais, diluiu a ação de governo à nível regional, transformando a Sudene num mero órgão repassador de recursos, executor delegado de programas federais, alguns

elaborados à sua revelia, e até com sua oposição, gestor do sistema de incentivos fiscais e feitor de frentes de serviço na vigência das secas. É muito pouco para quem nasceu cercada de tantas esperanças. A identificação criteriosa das possibilidades e carências da região, a massa de técnicos de alto nível nela reunidos, e as experiências acumuladas no curso dos anos, estão subutilizados em função do papel subalterno reservado à autarquia no contexto da administração pública. O maior promotor do desenvolvimento no Nordeste poderá, e deverá ser, uma Sudene forte. Ela reúne os elementos indispensáveis para ser o braço do governo na execução dessa política nova para a região, com a qual sonhamos todos seus filhos. Urge revitalizá-la, infundir ânimo novo em seus integrantes, fazer mover-se com agilidade aquela estrutura pesada, plantada solidamente num bairro do Recife.

Circula de vez em quando pela imprensa a idéia de se criar um ministério para o Nordeste. Não creio que esteja nas cogitações do futuro presidente esta pretensão. Também não tenho sentido junto às lideranças nordestinas grande entusiasmo pela iniciativa. Tudo porque, o que desejamos, antes de mais nada, é o anúncio, e deflagração imediata, de providências concretas em favor da região. E, também, porque temos respeito e confiança na ação da Sudene, desde que lhe sejam dadas as condições indispensáveis para cumprir as finalidades para as quais foi criada.

Vinte e cinco anos depois de fundada, no limiar de um novo governo, e o que é mais importante, de um novo ciclo político, a Sudene vê-se na contingência de ter que mudar, por fora, e por dentro, inspirada nas suas origens, para fazer face às transformações que esperamos estejam destinadas ao Nordeste em futuro próximo.

ANCESTRALIDADE (MAQUIAVÉLICA) DO DECRETO - LEI

Quando alguém fala em remover o entulho jurídico que remanesce do período autoritário, como providência indispensável à reposição do País no leito da democracia, certamente pensa entre outros institutos na figura do decreto-lei. Fruto do Estado Novo, e do novíssimo, do qual estamos emergindo, inspirado por Francisco Campos, o decreto-lei retrata bem a hipertrofia do Executivo e a natureza centralizadora, e arbitrária, dos dois regimes. É de se notar que incluído originariamente na Constituição de 1937, depois do interregno considerável, ele voltou com maior amplitude após 1964, com os Atos Institucionais de números 2 e 4, mantendo-se na Constituição de 1967, e nas Emendas Constitucionais de números 1 de 1969, e 11 de 1978. De fato, a Constituição de 1937 no seu artigo 12 previa a hipótese de expedição de decretos-lei por parte do Presidente da República mediante prévia anuência do Parlamento e nos limites da autorização concedida. No artigo 13 a Constituição admitia que em caso de recesso do Parlamento, ou de dissolução da Câmara dos Deputados, o Presidente da República poderia expedir decretos-lei sob matéria de competência legislativa da União, executadas as seguintes: a) modificação à Constituição; b) legislação eleitoral; c) orçamento; d) Impostos; e) instituição de monopólio; f) moeda; g) empréstimos públicos; h) alienação e oneração de bens imóveis da União. No parágrafo único do mencionado artigo a expedição dos decretos-lei ficava condicionada ainda ao parecer do Conselho de Economia Nacional no que fosse de sua competência consultiva. É de se ver que mesmo em uma carta constitucional tida como das mais autoritárias de quantas tivemos, restaram nas mãos do Parlamento, ainda que atingidas, as prerrogativas legislativas que lhe são inerentes. O novo ciclo de autoritarismo que vigiu no País a partir de 1964 trouxe no seu bojo, como instrumento jurídico de ação, o decreto-lei, previsto nos Atos Institucionais de números 2 e 4 de aplicação restrita à materiais de interesse da segurança nacional. Posteriormente, a Constituição de 1967, e as Emendas Constitucio-

nais de números 1 e 11 de 1969 e 1978, respectivamente, deram-lhe feição nova que ainda hoje vigora. Ampliou-se a abrangência, estendida às finanças públicas, inclusive normas tributárias, e à criação de cargos públicos e fixação de vencimentos sempre que caracterizada a urgência, ou o interesse público relevante. A vigência do decreto-lei dá-se a partir de sua publicação, tendo o Congresso Nacional o prazo de sessenta dias para apreciá-lo não podendo alterá-lo, mas apenas aprová-lo, ou rejeitá-lo. Em caso de rejeição são válidos todos os atos praticados durante sua vigência.

O mito da eficiência dos Estados fortes, tecnocráticos, “científicos”, “modernos” e a corrosão insidiosa do prestígio de instituições tradicionais, como o Legislativo, apresentado como entidade anacrônica, conduziram ao paroxismo da concentração de poderes nas mãos do Executivo, usurpados às formas tradicionais de representação popular e exercidas com olímpico desprezo à opinião pública. O fosso que se estabeleceu entre Estado e Nação distanciou o Governo da realidade e produziu um tipo de regime cujo epílogo estamos a assistir agora. O que popularizou o decreto-lei, tornando-o conhecido de todos, foi a maneira abusiva como tem sido usado para atender situações que não são de emergência, e nem estão no âmbito de sua competência, tal como previsto em nossa lei magna. O que poderia ser um instrumento de defesa do Estado, e um mecanismo útil de circunstâncias excepcionais, banalizou-se como um meio para decretação de medidas inaceitáveis pela sociedade, e inviáveis junto ao Legislativo onde deveriam tramitar sob a forma ordinária de projetos de lei. O decreto-lei de número 2186 datado de 20/12/84 é bem um exemplo do que estou afirmando. Através dele foi instituído um novo imposto, o imposto sobre serviços de comunicações, inconstitucional, como pretendo provar em juízo, sucessor do também ilegal Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT), assim declarado pela justiça quando acionada por numerosos consumidores em todo o território nacional. Até que o Congresso o aprecie seus efeitos estão se produzindo sobre o contribuinte. A natureza cavilosa de sua tramitação no Legislativo favorece sua aprovação. A combinação do decurso de prazo com a indiferença de alguns parlamentares trabalha em seu favor. A menos que mobilização geral, pouco provável, compile deputados e senadores a comparecerem ao plenário para, com seus votos, rejeitem referida propositura.

A detenção da faculdade de legislar nas mãos do Executivo implica na reunião de grande soma de poderes, fato que, por si só, sintetiza a essência dos regimes autoritários. A ocorrência se liga a outras providências que compõem a técnica a serviço do êxito individual e da introdução do autoritarismo, pessoal, ou colegiado, em uma sociedade que convive com instituições políticas liberais. A conquista e a manutenção do poder em épocas de autoritarismo se baseia no fortalecimento do Executivo em detrimento dos demais poderes, na manipulação da imprensa, no uso da força, e no emprego do terror quando necessário, no domínio direto ou indireto das atividades econômicas, na suspensão das garantias individuais, e na mobilização da opinião pública em

torno de temas secundários pelo emprego de técnicos especiais de comunicação de massa. O caso brasileiro é muito exemplar quanto a esses diferentes aspectos, mas, vou me ater exclusivamente ao Legislativo, que teve amputadas pelo regime várias de suas prerrogativas, com redução substancial de seu poder efetivo. Recessos forçados, intervenções ostensivas do Executivo na escolha dos dirigentes das duas casas do Congresso Nacional, cassações de mandatos, limitação quanto ao poder de iniciativa para fazer leis que envolvam matéria financeira ou aumento de despesas, transferência de funções legislativas para o Executivo, que se outorgou o poder de editar decretos-leis, minaram a autoridade do Poder Legislativo transformando-o em mero adereço de grande valor simbólico, e pouco significado prático.

Encontrei um dia desses, no livro "Diálogo no inferno entre Maquiavel e Montesquieu", de autoria de Maurice Joly, um inteligente libelo contra Napoleão III, e por extensão contra todos os governos fortes, uma afirmação que resume bem a natureza do autoritarismo. O importante é manter as aparências. Conservar os nomes, e suprimir as coisas. Quando Augusto destruiu a república, conservou o consulado, a pretória, a censura, o tribunado. Mas já não havia cônsules, pretores, censores, nem tribunos em Roma. O regime que ora expira conservou a fachada, manteve o Congresso Nacional aberto, e os tribunais funcionando. Só que já não existiam juízes, deputados, senadores, pois o Executivo avocou para si tarefas que a Constituição destinava aos outros dois poderes. O confisco do poder é a marca do autoritarismo. Sua repartição a essência da democracia. Ardís, e disfarces, a alquimia dos déspotas empenhados em manter inadvertido, ou tolerado, o controle do poder. É contra essas manobras sutis que precisamos nos manter vigilantes. A história demonstra que o autoritarismo ressurge sempre que consegue se infiltrar sob as várias faces de uma proposta aceitável por uma maioria eventual de espíritos honestos, porém ingênuos.

Outras publicações da Fundação Waldemar Alcântara

FORTALEZAMADA – Ciro Colares, Fortaleza, Ceará, 1985

O BECO – Ciro Colares, Fortaleza, Ceará, 1985

ELOS – Guaraciara Barros Leal, Fortaleza, Ceará, 1985

FERNANDO PESSOA E O MOMENTO FUTURISTA DE ÁLVARO DE CAM-

POS – Maria Beatriz Rosário de Alcântara, Thesaurus Editora, Brasília-DF, 1985

Capa – Sérgio Lima

Composição, Arte Final, Fitolito e Impressão
STYLUS Comunicações Ltda. – Rua Carlos Câmara, 1048
60.020 – Fortaleza – Ceará.

